



MISERICÓRDIA
DE RIBA D'AVE 90
ANOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2023



Riba D'Ave, 30 de março de 2024



Handwritten signatures and initials:
Lamas
JY-R
FF
M

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 3 |
| 2. ATIVIDADES DA MESA ADMINISTRATIVA..... | 4 |
| 3. ANÁLISE GLOBAL E SETORIAL..... | 7 |
| 3.1 UNIDADES FUNCIONAIS DA SCM RIBA D'AVE..... | 8 |
| 3.1.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA | |
| 3.1.2 UNIDADE DE INTERNAMENTO DE CUIDADOS CONTINUADOS | |
| 3.1.3 UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA | |
| 3.1.4 CIDIFAD | |
| 3.2 DEPARTAMENTOS E SERVIÇOS DA SCM RIBA D'AVE..... | 25 |
| 3.2.1 GABINETE DE RECURSOS HUMANOS | |
| 3.2.2 GABINETE DO UTENTE E APOIO JURÍDICO | |
| 3.2.3 SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO E DIETÉTICA | |
| 3.2.4 GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM | |
| 3.2.5 SERVIÇO DE INFORMÁTICA | |
| 3.2.6 GABINETE DE TRANSPORTES | |
| 4. ATIVIDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D'AVE..... | 30 |
| 4.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA | |
| 4.2 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS / INTERNAMENTO MÉDICO E PAAS | |
| 4.3 CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM | |
| 5. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA..... | 33 |
| 5.1 RESULTADOS | |
| 5.2 VALÊNCIAS E PROGRAMAS | |
| 5.3 BALANÇO | |
| 5.4 INVESTIMENTOS | |
| 5.5 FUNDO DE MANEIO | |
| 5.6 RECURSOS HUMANOS | |
| 5.7 RÁCIOS | |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 47 |
| 7. PROPOSTAS..... | 49 |
| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS..... | 51 |
| CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS..... | 81 |
| PARECER DO DEFINITÓRIO..... | 85 |

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D'Ave

Luciano
FR. 
FR.

57



M. Garcia
R.
#
07

1. INTRODUÇÃO

Nos termos do Compromisso da Irmandade, nomeadamente do determinado na alínea e) do artigo 27.º do citado documento, vem a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Ribadave (SCM Ribadave) apresentar à Assembleia Geral o seu Relatório de Atividades do ano de 2023.

A Mesa Administrativa submete também à Assembleia Geral a apreciação e a aprovação das contas relativas ao mesmo período, colocando à disposição dos Irmãos todos os elementos que considerem necessários à formulação de um criterioso juízo sobre as mesmas.

2. ATIVIDADES DA MESA ADMINISTRATIVA

Ao longo do ano de 2023, a Mesa Administrativa acompanhou todas as atividades da Santa Casa da Misericórdia de Riba D'Ave e das respetivas Unidades Funcionais, através de regulares reuniões com a Comissão Executiva, tendo como maior enfoque as análises económicas e financeiras, podendo, deste modo, tomar decisões mais informadas e sustentadas perante os desafios que se colocam na definição das principais estratégias da instituição.

O ano de 2023 caracterizou-se por um aumento significativo do custo com os recursos humanos, fortemente impulsionados pelo crescimento do Salário Mínimo Nacional, pela manutenção das elevadas taxas de juro, resultantes da evolução das Euribor, pelo atraso na efetivação dos acordos para o Centro de Investigação, Diagnóstico, Formação e Acompanhamento das Demências (CIDIFAD), pela ausência da atualização dos valores das valências hospitalares e, finalmente, pela confirmação do corte de 420 mil euros do *Incentivo à Produção Contratada* do Contrato-Programa que, embora alocado a linhas de atividade, representou uma perda na ordem dos 300 mil euros.

Todos estes fatores e pese embora a manutenção da dinâmica para o cumprimento dos indicadores de qualidade, conduziu a SCM Riba D'Ave a resultados ainda que positivos abaixo dos orçamentados, mas que, com grande rigor, permitiu cumprir com todas as obrigações financeiras.

Todos estes constrangimentos obrigaram a Mesa Administrativa e a Comissão Executiva à adoção de critérios de atualização de vencimentos mais criterioso, que trazem bastantes preocupações, mas que ainda assim, se impõem por uma questão de sustentabilidade e precaução. Esta postura mais conservadora contou com a compreensão de todos os profissionais e prestadores para as dificuldades económicas e financeira que afetam a generalidade das instituições do setor social e solidário e, em particular, a SCM Riba D'Ave.

Procurando minimizar os efeitos da inflação e da não publicação da legislação para as demências, documento que estará na génese de uma rede nacional de cuidados para a demência, foram reforçados e rentabilizados os protocolos de colaboração com diferentes hospitais,



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including "F. J. S.", "F. J. S.", and "S".

nomeadamente com o Hospital Senhora da Oliveira, de Guimarães, o Hospital de Braga e o Centro Hospitalar do Médio Ave (CHMA), para serviços de internamento, cirurgias e meios complementares de diagnóstico.

Ao longo do ano, foi o CIDIFAD quem mais preocupação deu à Mesa Administrativa e à Comissão Executiva da SCM Ribadave. A publicação da regulamentação para as demências começava a ser uma miragem, havendo necessidade de, junto da Administração Regional de Saúde do Norte e da Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, disponibilizar a capacidade instalada do CIDIFAD para ser integrada na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, tendo como meta os 75,48 € da tipologia de Longa Duração e Manutenção. Foi uma conversação muito cordial e que durou cerca de seis meses a concretizar, mas, certamente, foi um passo de grande importância para os resultados sociais da SCM Ribadave nos próximos anos.

Durante o ano mantivemos a operacionalidade do *Programa de Acolhimento de Altas Sociais* (PAAS) para pessoas com demência, havendo a perspetiva dos mesmos serem enquadrados na Unidade de Cuidados Continuados para a demência assim que a regulamentação fosse publicada.

A Mesa Administrativa da SCM Ribadave e a Comissão Executiva, atentos às oportunidades resultantes dos Fundos Comunitários, apresentaram, durante o mês de novembro, duas candidaturas no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) para o CIDIFAD, nomeadamente para a Unidade de Dia e internamento de Cuidados Continuados Paliativos. A aprovação projetos, submetidos pelo valor global de 1.6 milhões de euros, paralelamente à componente do apoio ao investimento, garantem a atribuição de acordos de cooperação com os respetivos organismos públicos, em particular com a Administração Central do Sistema de Saúde e o Instituto da Segurança Social.

No que diz respeito à Casa Conde de Ribadave, a Mesa Administrativa e a Comissão Executiva avaliaram diferentes soluções ao abrigo do PRR, não tendo, porém, sido identificados projetos que se adequassem ao pretendido, que não colocassem em causa a arquitetura, a estrutura e a história do imóvel, em particular, da Casa e do Jardim Histórico.

107
F. J. J. J. J.
F. J. J. J. J.
F. J. J. J. J.

Ainda nas atividades da Mesa Administrativa e Comissão Executiva, destaca-se a participação, como habitualmente, nos seguintes encontros e reuniões:

- i) Assembleia-Geral da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) para aprovação do Relatório e Contas 2022 e para aprovação do Plano de Atividades Orçamento 2024;
- ii) Assembleia eleitoral para eleição dos órgãos sociais da UMP para o quadriénio 2024/2027;
- iii) Presença no 14.º Congresso Nacional das Misericórdias, realizado em Lisboa;
- iv) Reunião com os Órgãos Sociais da SCM Riba D'Ave, para, em prol da melhoria de desempenho da Mesa Administrativa e da Comissão Executiva, debater a atual situação da Instituição;
- v) Reuniões com a Nuno Valentim, Arquitectura e Reabilitação para avaliação das opções a implementar na Casa Conde de Riba D'Ave;
- vi) Presença na reunião do Secretariado Regional de Braga da UMP;
- vii) Participação na procissão do Ecce Homo, realizada em Braga, no âmbito da celebração da Semana Santa;
- viii) Presença na Peregrinação Nacional das Misericórdias, realizada em Fátima;
- ix) Presença na procissão em honra de São Pedro, realizada em Riba D'Ave.



Handwritten notes:
M
Dac...
F.L.
F

3. ANÁLISE GLOBAL E SETORIAL

Globalmente, a atividade hospitalar manteve-se em patamares muito positivos, com o cumprimento integral do Contrato-Programa com a Administração Regional de Saúde do Norte (ARS Norte), assim como um significativo acréscimo de cirurgias no âmbito do Programa Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC) e da complementaridade cirúrgica com o Hospital de Braga e com o Centro Hospitalar do Médio Ave.

De destacar, ainda, a atividade relacionada com o Serviço de Internamento de Medicina para o Hospital de Guimarães, bem como como a realização de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica para o Hospital de Guimarães e CHMA.

Já no CIDIFAD, foi importante a atividade resultante do Programa de Acolhimento de Altas Sociais, os Serviços de Internamento de Medicina do Hospital de Braga e CHMA para doentes a aguardar vaga em Cuidados Continuados, os Internamentos sociais e a Unidade de Dia, o que permitiu promover a rentabilização da Unidade que, mesmo sem acordos estruturais, apresentou uma taxa de ocupação de 63%.

De realçar que, embora o resultado social continue a ser positivo, mantem-se a preocupação com o facto das tabelas contratualizadas com os organismos Estatais, que ao longo das duas últimas décadas se mantêm inalteradas, se encontrarem totalmente desajustadas face aos sucessivos aumentos de encargos ao abrigo do Salário Mínimo Nacional e, ainda, pelo facto do PAAS, acordado com o Instituto da Segurança Social, manter um regime de comparticipações muito distante do expectável. Embora este ponto possa, a breve prazo, ser ultrapassado com a inclusão dos utentes na nova Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção, a ter lugar no CIDIFAD, o tema dos vencimentos acarreta uma dupla preocupação para a SCM Ribadave, não apenas pelo volume salarial que origina, o que retira capacidade financeira à instituição de atualizar os demais vencimentos, mas também pela desmotivação que provoca nos trabalhadores que, pelo seu exponencial crescimento ao longo dos últimos anos, passam a ganhar o Salário Mínimo Nacional.

0.7
Dy
Leandro R.
H

Da análise aos indicadores do Centro Infantil de Pevidém (CIP), podemos concluir que estes se mantêm em elevados patamares e que, fruto das condições pedagógicas e estruturais, resultam da constante procura dos seus serviços por parte dos pais e encarregados de educação.

Como podemos constatar, mesmo com todos os citados constrangimentos, o Hospital Narciso Ferreira continua a ter um papel preponderante e fulcral nos resultados atingidos pela SCM Riba D'Ave, podendo, também, ser concluído que todo o trabalho realizado no CIDIFAD permitirá, em 2024, que seja alcançada a sustentabilidade financeira desta Unidade Funcional.

3.1 UNIDADES FUNCIONAIS DA SCM RIBA D'AVE

3.1.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA

O ano de 2023 colocou-nos em linha com as metas definidas com o Contrato-Programa assinado em 2022 com a ARS Norte, sem grandes alaridos sobre a sua execução e sem alterações de indicadores a cumprir, o que, estrategicamente, nos levou para a possibilidade de um alargamento na prestação e na gestão dos recursos disponíveis com outras entidades, nomeadamente hospitais do Serviço Nacional de Saúde da nossa área de influência.

No Hospital Narciso Ferreira mantivemos a continuidade do percurso sólido na sua ação, soluções alinhadas com a estratégia nacional, sem descurar a sua Missão principal de prestar cuidados de saúde hospitalares de qualidade, com total segurança e respeito pelos utentes, colaboradores e orientações emanadas pela tutela.

Foi um ano de grande esforço para todos os colaboradores na continuidade da inovação e solidificação da atividade, do Programa SIGIC e do rigoroso cumprimento do Contrato-Programa com a ARS Norte. Estes eixos foram uma forte aposta de todos para a resposta que se esperava das unidades de saúde e da nossa em particular.

Continuamos a trabalhar no reforço da segurança e eficiência, num modelo de trabalho interativo, dinâmico e pluridisciplinar nas responsabilidades e intervenções dos coordenadores dos serviços clínicos e da Direção Técnica do Hospital. Todos tiveram papel de destaque e



9/1
V. Acesso
FL.

importância na solidificação do nosso Hospital. Os coordenadores têm contribuído para criar soluções de melhoria sistemática nas diversas áreas como forma de apoio à gestão de topo na sua tomada de decisão.

Em resumo, diremos que a Direção Técnica e coordenadores dos serviços do Hospital Narciso Ferreira, perante novas dificuldades que se foram colocando, agregaram sinergias para a consolidação das boas práticas no Hospital, enquadradas nos princípios de atuação éticos, justos e coesos, envolvendo todas as áreas e colaboradores.

Tendo por base a metodologia seguida em anos anteriores, pretende-se neste Relatório dar conta do grau de cumprimento atingido ao longo do último ano das metas e objetivos traçados em cada serviço do Hospital.

OBJETIVOS E METAS GLOBAIS ATINGIDAS

- Reforçar a cultura de segurança para todos os colaboradores e utentes.
- Vigiar e cumprir no combate à pandemia SARS-CoV-2 com os planos definidos pela tutela.
- Estabelecer prioridades e planos setoriais de melhoria aos projetos lançados.
- Executar planos de melhoria contínua da qualidade e eficiência.
- Supervisionar para as boas práticas profissionais de todos os colaboradores do Hospital.

POLÍTICA DE QUALIDADE E MELHORIA CONTÍNUA

- Sob o lema "*Por si nós aQreditamos*", o Hospital Narciso Ferreira tentou apostar numa lógica de melhoria da acessibilidade, qualidade, segurança e satisfação nos cuidados, assentes numa abordagem coesa, transectorial e interdisciplinar.
- A renovação da Acreditação do Hospital Narciso Ferreira, pela Direção-Geral da Saúde, embora constituísse um objetivo a atingir, por contingências inerentes ao processo não foi alcançado em 2023. O trabalho mantém-se com a alocação de novas equipas que estão devidamente projetadas no Plano de Atividades de 2024.

DIREÇÃO TÉCNICA

- Gabinete Consulta a Tempo e Horas - Gestão, acompanhamento, monitorização e triagem de pedidos de consulta. Abertura e atualização de agendas médicas para 2024.
- Gabinete de Codificação Clínica - Acompanhamento, monitorização e apoio à codificação clínica.
- Responsável de Acesso à Informação - Pedidos de relatórios médicos e informações clínicas pelos utentes e entidades externas.
- Centro de Formação Contínua - Melhoria contínua da Política Documental.
- Faturação - Acompanhamento, gestão e monitorização da produção cirúrgica, consultas e MCDT, bem como do Contrato-Programa com a ARS Norte.
- Coordenadores dos serviços - Supervisão clínica das atividades hospitalares.
- Promoção da melhoria contínua a todos os níveis da prestação e desempenho dos serviços clínicos, bem como de todos os colaboradores médicos, enfermeiros e técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.
- Mapeamento e operacionalização de agendamentos, para 2024, de consultas externas das diversas especialidades médicas.
- Mapeamento e operacionalização de agendamentos de Blocos Operatórios para 2024.
- Melhoria do módulo dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde "Exames sem papel".
- Reforço da cultura de segurança clínica na instituição de acordo com as metas definidas pela Organização Mundial de Saúde.
- Cálculo e apresentação dos indicadores do Hospital e do Contrato-Programa com a ARS Norte.

SERVIÇO DE ATENDIMENTO PERMANENTE

- Aquisição de uma maca de transporte de doentes, com elevação em altura bem como da cabeceira.
- A nível formativo, para melhorar o atendimento do utente, Cuidados com a imagem pessoal na apresentação ao trabalho.



DA
J. J. J. J.
7.1.
J.

BLOCO OPERATÓRIO

- Realizadas menos sessenta e nove cirurgias do que em 2022 mas este facto, fruto da redução do Contrato-Programa. Nos diferentes subsistemas fizemos mais trezentas e nove cirurgias.
- Novo acordo com o Hospital de Braga para a cirurgias pediátricas, num total de seiscentas, e para urologia, no total de quarenta cirurgias.
- Novo acordo com o Centro Hospitalar do Médio Ave para vinte e nove cirurgias de coluna.
- As necessidades de acréscimo de tempos operatórios solicitados pelos cirurgiões foram satisfeitas e o ajuste de turnos em relação aos enfermeiros e auxiliares de ação médica foi realizado de acordo com as equipas cirúrgicas, sendo que a dotação segura de três enfermeiros por sala, um enfermeiro no recobro e uma assistente operacional por sala, foi sempre cumprido.

CONSULTA EXTERNA

- Melhorado o atendimento dos utentes e seus familiares e cuidadores.
- Cumpridos os tempos máximos de resposta garantidos para primeiras consultas médicas.
- Sensibilizada a classe de enfermagem para o cumprimento dos horários de agenda de consultas.
- Zelado o cumprimento dos regulamentos internos e legislação em vigor.
- Promoção de uma maior comunicação entre diversas áreas de ação de forma a promover o aparecimento de soluções para diferentes fragilidades, contribuindo para uma melhor prestação profissional.
- Aquisição de uma cabine audiométrica, um audiómetro clínico e um impedanciómetro clínico.

SERVIÇO DE IMAGIOLOGIA

- Cumprido o objetivo de aumentar o número de ressonâncias magnéticas, ecografias e dopplers realizados.
- Os exames de raio-x, TAC e mamografia ficaram ligeiramente abaixo do objetivo proposto.
- Efetuadas formações na área de "Proteção de Radiações" e sobre intervenção por TAC e ressonância magnética.



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the name "Bacune" and the number "76".

Embora os doentes admitidos na Unidade permanecem, no mínimo, trinta dias na Convalescença, 90 dias na Média Duração e por tempo indeterminado na Longa Duração, estes prazos nem sempre são cumpridos, fruto, principalmente, devido a prorrogações sociais, ou seja, doentes sem critérios clínicos para se manterem internados mas que têm critérios sociais para o mesmo. Em 2023 registou-se um aumento deste tipo de *Internamento Social*. Esta é, cada vez mais, uma realidade das Unidades de Cuidados Continuados. Atualmente, estes internamentos atingem 48% das camas de Média Duração e cerca de 10% na Convalescença.

Durante o ano houve uma pequena redução no número de doentes admitidos, tendo a Média Duração sido a tipologia mais afetada por ser a que acolhe mais casos sociais.

ENFERMEIRO DE REFERÊNCIA

Continuamos a trabalhar na criação da figura do Enfermeiro de Referência de modo a, nas diferentes tipologias da Unidade de Cuidados Continuados, haver um profissional que tenha um conhecimento mais profundo de cada utente, até ao mínimo de cinco. Cumpre-se, assim, uma sensibilidade da RNCCI que refere como muito importante a criação do gestor de caso, sendo sempre um enfermeiro.

Com este passo, tentamos que cada enfermeiro passe a ter um papel ainda mais nuclear na equipa multidisciplinar, sendo, progressivamente, o porta-voz ativo do doente e dos cuidados de enfermagem no seio desta e da compilação das necessidades para a família e comunidade.

Não tem sido fácil alcançar este objetivo a que nos temos proposto, pois a complexidade dos recursos humanos, em particular, dos enfermeiros, não sendo fixos em cada tipologia, torna este planeamento e estratégia mais difícil de executar.

MONITORIZAÇÃO DE NOVOS INDICADORES E ENSINOS AO FAMILIAR/CUIDADOR INFORMAL

Durante o ano, diminuiu o número de famílias para capacitar com técnicas adequadas à prestação de cuidados aos seus familiares no domicílio. Esta diminuição resulta do aumento de casos sociais, em que as famílias não têm muitas vezes condições para levar os seus familiares para casa, ficando a aguardar outras respostas sociais e não assumindo este serviço. Em 2023, os ensinamentos rondaram os 30%.

DIMINUIR AS INCIDÊNCIAS DE QUEDAS NOS UTENTES

Foram identificados alguns fatores de risco para uma maior incidência de quedas, tais como:

- Número inadequado de equipamento de contenção de movimentos para quando estão sentados nas cadeiras de rodas;
- Cadeiras de rodas com algumas avarias;
- Grades das camas com avarias e falta de grades em algumas camas;
- Polibans inadequados;
- Menor vigilância por parte dos colaboradores.

Quanto aos colaboradores, foram alertados e sensibilizados para que façam uma vigilância mais apertada dos utentes que se encontram nos quartos. Sensibilizar os utentes a tocar à campainha para que tenham supervisão para deslocação ao quarto-de-banho.

Quanto às ajudas técnicas, foram adquiridas algumas cadeiras de rodas. No entanto, já demonstraram estar em número reduzido, tendo sido solicitadas mais unidades, assim como de grades para as camas.

Resumidamente, o número de quedas já reduziu cerca de 5% ao longo do ano.

ATIVIDADES

Ao longo do ano foi mantida a formação interna, destacando-se a formação de Suporte Básico de Vida e Suporte Básico de Vida com Desfibrilhador Automático Externo, ministrada aos colaboradores.

De destacar as atividades realizadas pelos nossos utentes, organizadas pela nossa animadora sociocultural, que tem dinamizado imenso a nossa Unidade.

REESTRUTURAÇÃO DA UNIDADE E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

Como é do conhecimento da Comissão Executiva, foram já identificadas importantes alterações, estruturais e logísticas, a serem realizadas na Unidade, assim como a implementação de melhorias, principalmente a nível de material.



FP. JG
Ribeira
#

Este processo de melhorias foi já iniciado no final de 2022 com a aquisição de baldes do lixo para toda a Unidade, a substituição dos screens das janelas da Unidade e a substituição dos dispensadores de papel das mãos e de papel higiénico.

De destacar que foi realizada uma reunião com a Arquiteta Silvina, da ARS Norte, para apresentação de algumas alterações estruturais à Unidade.

3.1.3 UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA

CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM

No final do ano, frequentavam o Centro Infantil de Pevidém 221 crianças, distribuídas pelas três valências sociais existentes na instituição, encontrando-se 89 em Creche, 95 em Pré-Escolar e 37 em Atividades dos Tempos Livres (ATL).

Ao abrigo da legislação de gratuidade da Creche, o Instituto da Segurança Social assume o valor de três participações familiares, no valor mensal de 295 €.

No caso da legislação de gratuidade em Creche para crianças nascidas depois de 1 de setembro de 2021, o Instituto da Segurança Social comparticipa sessenta e duas crianças, no valor mensal de 29.375,60 €.

Relativamente ao Pré-Escolar, o ano terminou com noventa e cinco crianças, sendo três crianças com Necessidades Educativas Especiais. Destas crianças, quinze foram acompanhadas na instituição em Terapia da Fala e três foram acompanhadas pela Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva.

O Centro de Atividades de Tempos Livres concluiu o ano com trinta e sete crianças.

ATIVIDADES

As atividades pedagógicas em sala são ajustadas à faixa etária e às necessidades das crianças, tendo em consideração as normas de funcionamento da Creche e às orientações curriculares do Ministério da Educação relativas ao ensino Pré-Escolar.

Durante o ano letivo as avaliações foram realizadas por semestre, seguindo as orientações para cada valência, tendo sido enviadas por e-mail aos pais e encarregados de educação.

As atividades curriculares de educação física e de educação musical, bem como as atividades extracurriculares de patinagem, inglês, dança e futebol, foram realizadas durante todo o ano.

Planeamos e realizamos diferentes atividades em que abordamos o tema do nosso projeto educativo "Educação Ambiental para a Sustentabilidade: A Reciclagem", com o objetivo de sensibilizar as nossas crianças e a comunidade para as boas práticas ambientais.

PROJETO PROCHILD - DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO EM CRECHE

Durante o ano de 2023, demos continuidade ao projeto "Desenvolvimento e Educação em Creche" da Prochild, em que este tem como objetivo promover o desenvolvimento e bem-estar de crianças entre os 0 e 3 anos de idade. O projeto entrou na última fase de implementação.

DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A divulgação das atividades junto das famílias e da comunidade foi privilegiada através dos meios digitais da instituição, nomeadamente pela troca de informações via e-mail, telefone, Facebook e caderneta eletrónica.

IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA HACCP

Deu-se continuidade à implementação do sistema *Hazard Analysis And Critical Control Point* (HACCP), de modo a garantir a segurança alimentar e a serem cumpridos na íntegra os normativos legais em vigor.

Foram efetuadas auditorias e desenvolveu-se formação com as colaboradoras que desempenham funções na cozinha.

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E OBRAS DE REMODELAÇÃO

Em 2023, o Centro Infantil de Pevidém recebeu a verba de 8.000 € da Câmara Municipal de Guimarães, com o intuito de adquirir um equipamento para o recreio.

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

Ao longo do ano de 2023, os profissionais realizaram dezoito ações de formação, num total de 435 horas. O formato da formação foi presencial e *online*, com o intuito de melhorar e de desenvolver a sua prática pedagógica.



17.
F. J. C.
L. C.
+8

PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS

Programa financiado pela União Europeia em que a SCM Riba D'Ave recebe uma compensação financeira mensal de 1,81 €/beneficiário.

Em Riba D'Ave foram doados 48.401 produtos alimentares a 2.467 beneficiários de 963 famílias.

Em Pevidém foram doados 66.201 produtos alimentares a 2.459 beneficiários de 1.078 famílias.

Este Programa é financiado pela União Europeia e a SCM Riba D'Ave recebe uma compensação financeira mensal de 1,81 € por pessoa apoiada.

PROGRAMA DE EMERGÊNCIA ALIMENTAR | CANTINA SOCIAL

Ao contrário do POAPMC, que abrange agregados familiares com capacidade de armazenamento e capazes de confeccionar as suas refeições, a Cantina Social agrega pessoas mais vulneráveis no que concerne às suas competências e recursos domésticos para confeccionarem as suas refeições.

Em Riba D'Ave, durante o ano de 2023, foram referenciadas quatro novas situações. Ao longo dos anos a Cantina Social de Riba D'Ave sempre atingiu o seu limite máximo de refeições protocoladas sendo que, o número no presente ano foi de dezanove refeições diárias, tendo sido entregues um total de 5.365 refeições no ano. A área de residência mais apoiada é a freguesia de Riba D'Ave, com 58%.

Em Pevidém, a equipa técnica apoiou um total de sete agregados, sendo a área mais apoiada a freguesia de Selho São Jorge, com 43%.

PROJETO 65+

A SCM Riba D'Ave, desde 2015 e em parceria com a Câmara Municipal de Guimarães, dinamiza o Projeto 65+ para apoio a pessoas com idade igual, ou superior, a 65 anos e que, no concelho de Guimarães, se encontrem a residir sós ou em situação de fragilidade. A SCM Riba D'Ave, como gestora pela área de Selho São Jorge, acompanha, neste momento, cinco idosos com intuito de intervir para a promoção dos seus direitos, proteção social e proporcionar o acesso a serviços e a recursos sociais na comunidade.

REDE SOCIAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E DE GUIMARÃES

O serviço psicossocial da SCM RIBA D'Ave, em parceria com entidades locais de âmbito público e privado, tem um papel participativo na Rede Social do Município de Famalicão e no Município de Guimarães, junto da Comissão Social Inter-Freguesias (CSIF) e da Comissão Local de Ação Social (CLAS). Esta parceria tem o intuito de reunir as várias sinergias para delinear um plano de desenvolvimento social local, com base no diagnóstico das necessidades da população que integram os dois concelhos.

ACOMPANHAMENTO E INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL NA UCC

O objetivo deste acompanhamento prende-se com a necessidade de facilitar o processo acolhimento do utente na Instituição com a identificação dos fatores de vulnerabilidade psicossocial e, se necessário, desenvolver um plano de intervenção psicossocial junto do utente e da família e efetuar a articulação com as Unidades de Saúde Familiar para referenciação para a Rede Nacional de Cuidados Continuados.

São realizados acompanhamentos de utentes do Serviço de Internamento Cirúrgico, com internamentos superiores a 24 horas, devidamente sinalizados.

Na Unidade de Cuidados Continuados, o apoio é modelado em função das necessidades em função do processo normal evolutivo da doença ou incapacidade. Em 2023 foram acompanhados 281 utentes em Convalescença, 107 em Média Duração e 17 em Longa Duração.

No processo de alta consta um relatório de avaliação e acompanhamento psicossocial com toda a informação relativa ao plano de intervenção implementado bem como ao plano de cuidados.

Importante ressaltar que são realizados contactos com as famílias que não são passíveis de se monitorizar, pois verifica-se a necessidade de organizar transportes para consultas, preenchimento de documentação obrigatória nas alterações de tipologias, pedidos de aproximação do domicílio, pedidos de prorrogações sociais e clínicas e declarações de internamento.

Foram realizadas 136 reuniões com familiares em Equipa Multidisciplinar e vinte e uma reuniões mensais com a Equipa Coordenadora Local.



07
Fe
G
G
G
G

AVALIAÇÕES SOCIOECONÓMICAS

O Serviço colabora em situações que carecem de avaliação socioeconómica, nomeadamente para pedidos de isenção de taxas de internamento, assim como em situações de dívida.

Em 2023 foi sinalizado um processo, tendo-se procedido ao atendimento do utente e realizada a respetiva avaliação socioeconómica que, quando aplicável, é articulada com os serviços sociais locais.

3.1.4 CIDIFAD

O CIDIFAD apresenta-se como um projeto inovador, construído de raiz para possibilitar intervenção diferenciada e ajustada às especificidades dos diferentes estádios do processo demencial considerando as necessidades da população ao nível do apoio nas situações de demência. Perspetivando uma visão inovadora destas doenças e das pessoas com demência (PcD) e suas famílias, pretende-se a implementação de uma estratégia que promova um diagnóstico atempado e correto, o acesso a tratamentos farmacológicos e não farmacológicos e uma intervenção dirigida às especificidades de cada PcD. A continuidade dos cuidados na comunidade e o apoio às famílias com internamentos quando necessários, incluindo os cuidados paliativos, são o foco principal para funcionamento desta infraestrutura.

Para operacionalizar um projeto diferenciador e altamente específico, a direção técnica do CIDIFAD alicerçou o seu trabalho no plano de atividades proposto em outubro de 2022. Contudo, dadas as contingências decorrentes do aumento das necessidades do Serviço Nacional de Saúde para internamentos em regime de agudo, retaguarda de RNCCI ou serviço social, o CIDIFAD disponibilizou-se para ser apoio nesta área, respondendo a outros desafios em áreas não relacionadas com a demência. Esta disponibilidade pretende dar apoio, não apenas ao SNS mas, naturalmente, a todos os que a ela acorrem.

ACOMPANHAMENTO DA FINALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA

A Direção Técnica acompanhou os trabalhos de manutenção da infraestrutura, propondo alterações que entendeu serem pertinentes para o bom funcionamento do Centro. Assinalou à Comissão Executiva da SCM Riba D'Ave a necessidade de melhorias sempre que a avaliação custo-

benefício fosse favorável e ao Serviço de Instalações e Equipamentos (SIE) as diferentes necessidades de manutenção sempre que se confrontou com as mesmas.

Em articulação com o SIE, aconselhou e interveio na criação de circuitos operacionais que potenciassem a criação de ambientes de prestação de cuidados seguros e de qualidade.

A Direção Técnica avaliou necessidades e propôs à Comissão Executiva a aquisição de mobiliário e de equipamentos para as áreas técnicas de apoio à prática dos cuidados.

SERVIÇO DE INTERNAMENTO

No ano 2023 o CIDIFAD deu resposta a internamentos de diferentes tipologias:

- Regime de Tabela Social da SCM Riba D'Ave - Pessoas com demência, reabilitação ou agudos;
- Retaguarda do SNS - Utentes agudos ou a aguardar alocação em RNCCI ou em ERPI.

No total, o CIDIFAD contabilizou 427 internamentos de diferentes tipologias, registando 15.624 diárias numa média de 38 dias de internamento.

PROTOCOLO VAGAS EXTRA-ACORDO DOENTES SEM RETAGUARDA SOCIAL

O CIDIFAD manteve a resposta ao repto lançado em 2021 pela Sra. Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Dra. Ana Mendes Godinho, e em estreita colaboração com a União das Misericórdias, a acompanhar, em regime de internamento, PcD sem retaguarda social que se encontram a aguardar alocação em ERPI. Em janeiro de 2023 estavam internados 29 doentes ao abrigo deste protocolo tendo falecido 5 ao longo do ano 2023. A 31 de dezembro mantinham-se internados 24 dos 29 doentes internados nesta tipologia.

O CIDIFAD continuou em 2023 a dar resposta ao repto lançado em 2021 pela Sr.ª Ministra da Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e em estreita colaboração com a União das Misericórdias, a acompanhar em regime de internamento PcD sem retaguarda social que se encontram a aguardar alocação em ERPI. Em janeiro de 2023 encontravam-se internados vinte e nove doentes ao abrigo do protocolo, tendo, ao longo do ano, falecido cinco.



07
Fe
D
Garcia
#

CONSULTAS DE AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR

Mantiveram-se, no decurso de 2023, as consultas de avaliação multidisciplinares (CAMD). Estas consultas, compostas pela avaliação de sete profissionais distintos (médico psiquiatra, médico fisiatra, neuropsicólogo, terapeuta ocupacional, nutricionista, enfermeiro e assistente social) têm como objetivo a avaliação integral da PcD e o estabelecimento do respetivo Plano Individual Integrado de Cuidados (PIIC) onde se propõe à família a tipologia de serviços mais adequada à PcD, bem como todo o programa terapêutico a implementar. Durante o ano foram realizadas vinte CAMD que resultaram na integração de quatro doentes no Serviço de Internamento, cinco doentes na Unidade de Dia e dois doentes em Programas de Reabilitação Neurocognitiva.

CONSULTA EXTERNA

Além das CAMD, decorreram no CIDIFAD 54 consultas externas de Medicina Interna/Doente complexo, 85 de Neurologia, 152 de Psiquiatria e 23 de Psicologia/Neuropsicologia.

UNIDADE DE DIA

Manteve-se a atividade na Unidade de Dia (UD), com capacidade total para 30 PcD. A UD funciona das 08h00 às 20h00, de segunda-feira a sexta-feira, para apoio à PcD cuja necessidade desta tipologia de cuidados seja identificada na CAMD inicial.

No seu período de funcionamento dá resposta ao PIIC de cada PcD, com recurso a Terapia Ocupacional (com utilização da Sala de Snoezelen, jardim sensorial, sala de reminiscências, sessões individuais e em pequenos grupos), Fisioterapia, Terapia da Fala, Psicoterapia, intervenção por nutrição, acompanhamento pelo serviço social, cuidados de higiene e alimentação no período de permanência na Unidade.

Desde o início da sua atividade e até 31 de dezembro de 2023, a UD integrou vinte e seis doentes. Durante o ano foram integrados dez doentes, encontrando-se, à data de 31 de dezembro de 2023, dezasseis PcD a frequentar a UD.

PROGRAMAS DE REABILITAÇÃO NEURO-COGNITIVA

A resposta de acompanhamento em programas de reabilitação/estimulação, com frequência semanal, bissemanal ou trissemanal, vem a crescer lentamente. Esta intervenção resulta num

acompanhamento individualizado cuja tipologia de sessões pode ser de estimulação cognitiva, fisioterapia e terapia ocupacional, com uma duração aproximada de 60 minutos/sessão.

Até ao final do ano foram apoiados, através deste serviço, nove doentes, sendo que cinco ainda se mantêm nesta tipologia e um acabou por integrar a Unidade de Dia.

DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO

O Departamento de Investigação e Formação do CIDIFAD centrou as suas atividades em cinco eixos principais de desenvolvimento:

1) Candidaturas para Financiamento de Projetos de Intervenção

Elaboração de quatro candidaturas a financiamento para projetos de intervenção:

Olaia - Mais Vida na Demência com Natureza e Arte | Fundação 'la Caixa'

Não foi implementado devido a restrições relacionadas com a reestruturação da instituição.

INNOV4LIFE | INTERREG España - Portugal

Término - Agosto 2026

Financiamento - 110 mil euros

O INNOV4LIFE será a primeira iniciativa para a criação de uma rede transfronteiriça de *LivingLabs* especializados em saúde digital e a disponibilizar serviços de validação em ambiente real, seguindo protocolos de base científica, de soluções digitais focadas nas demências e de degeneração cognitiva.

O projeto, promovido pela Universidade Porto, tem como parceiros a SCM Riba D'Ave, a Universidade de Santiago de Compostela, a Asociación de familiares de enfermos de alzheimer y otras demências de Galicia (AFAGA), a Agência Gallega para la Gestión del Conocimiento en Salud (SERGAS) e Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto (UPTEC).

Acceleration Program Porto's Health Innovation Ecosystem | RIS Capacity Building

Término - Dezembro 2023

Financiamento - 7.5 mil euros

Programa de aceleração para start-ups para facilitar o acesso a workshops de mentoria, validação de ideias e plano de negócios.



Fl. 01
J. L. Soares

O projeto, promovido pela Porto4Ageing, tem como parceiros a SCM Ribadave e a Invicta Angels.

Test Bed ITeCS | Winning

Término - Dezembro 2025

Financiamento - 38 mil euros

Consórcio constituído com o objetivo de promover a aceleração do desenvolvimento tecnológico de soluções na área da saúde digital.

Tem como parceiros, entre outros, a SCM Ribadave, o Instituto Politécnico do Porto, a Decunify, a Vodafone, a Gonksys, a Unidade Local de Saúde de Santo António, o IPO Porto, o Campus Neurológico Sénior, o Hospital Escola Universidade Fernando Pessoa, Câmara Municipal do Porto, a Multicare, a Roche, a Siemens Healthcare, a Fundação Champalimaud, a Microsoft, a ARS Norte, os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde e o Grupo CUF.

Centro de Avaliação e Apoio da Capacidade de Condução para Pessoas com Défice Cognitivo | Fundação 'la Caixa'

Término - Novembro 2023

Financiamento - 54 mil euros

O projeto prevê criar uma estrutura de avaliação da capacidade de condução, esperando contribuir para que em segurança mantenham essa atividade pelo maior tempo possível, bem como apoiar aqueles que não se revelem capazes de manter a prática da condução, dotando-os de novas competências, disponibilizando estratégias que apoiem a sua mobilidade e prestando-lhes apoio psicológico que facilite a adaptação a essa transição.

Tem como parceiros a SCM Ribadave, a Junta de Freguesia de Ribadave e o Automóvel Club de Portugal.

2) Avaliação de Ações Formativas Previstas no Plano de Formação 2023

O DIF está a colaborar diretamente com o Centro de Formação Contínua da SCM Ribadave, no planeamento, no desenvolvimento e na avaliação de todas as ações de formação realizadas, tendo sido realizadas 16 ações num total de 27 edições.

3) Estudos de Investigação

- Estudo de avaliação do Impacto do Curso Base Cuidados na Demência - CIDIFAD
- Estudo de avaliação do impacto do Projeto Olaia

- Estudo Habitats Inclusivos para a Demência - habINdem
- Manifestações e abordagens clínicas de pessoas internadas por COVID-19
- Estudo de avaliação do impacto do Projeto Avaliação e Apoio da Capacidade de Condução para Pessoas com Défice Cognitivo

4) Divulgação Científica

1. **Duarte, N., Alves, S. & Gomes, B.** (2023). Evaluation of a dementia training course in a specialized center for people with dementia: A quasi-experimental study. *Dementia and Cognitive Disorders*. 2023;52(4):205-213. doi: 10.1159/000529856
2. **Alves, S., Duarte, N., Ferreira, M. & Paúl, C.** (aceite). Exploring Dementia-Friendly Environments in Long-Term Care Facilities: Perspectives from Multiple Stakeholders in Portugal. *Journal of Aging and Environment*.
3. **Teles, S., Sosa Napolskij, M., Ribeiro, O., Alves, S., Freitas, A., Ferreira, A.M., Paúl, C.** (aceite). Willingness to Institutionalize a relative with Dementia: A Web-Platform assessment with the Portuguese Adapted Version of the Desire-to-Institutionalize Scale (DIS). *Frontiers in Medicine*. <https://doi.org/10.3389/fmed.2023.1277565>
3. **Alves, S., Duarte, N., Gomes, B.** (em revisão) Forecasting dementia prevalence for Portugal between 2020-2080.
4. **Duarte, N., Pinheiro, T., Cardoso, C., Alves, S.** (em progresso). Feasibility and preliminary effectiveness of OLAIA multisensory program for people living with dementia.
5. **Alves, S., Duarte, N., Brito, M., Nkhoma, K., Harding, R., Sleeman, K., Gomes, B.** (em progresso) A short-report on global projection study to 2060: serious health-related suffering from dementia.
6. **Teles, S., Alves, S., Ribeiro, O., Freitas, A., Ferreira, A.M., Paúl, C.** iSupport for Dementia: Characterizing the Early Adopters of an eHealth Program for Informal Caregivers of Individuals with Dementia. 3.º Congresso Internacional Age.Com: Sustentabilidade no Envelhecimento. Abstract book p. 52; ISBN: 978-989-35406-5-7



FL. 01
D. 01

3.2 DEPARTAMENTOS E SERVIÇOS DA SCM RIBA D'AVE

3.2.1 GABINETE DE RECURSOS HUMANOS

A atividade do Gabinete de Recursos Humanos (GRH) da SCM Riba D'Ave é transversal a todas as Unidades Funcionais e valências da instituição pelo que, no dia-a-dia, o Gabinete colabora na promoção de medidas e de procedimentos que visam, por um lado, a rentabilidade dos recursos e, por outro, a satisfação e a motivação de todos os profissionais.

A atividade incide sobre grupos profissionais, bem como, em casos concretos, sobre situações individuais.

No ano de 2023, o GRH foi confrontado com um aumento do número de ausências e ainda de cessações de contratos de trabalho, o que implicou uma gestão ainda mais rigorosa dos recursos de forma a ser dada resposta às necessidades dos diferentes serviços.

Das normais atividades desenvolvidas pelo Gabinete, destacam-se:

- Elaboração de um novo Regulamento das Relações Laborais;
- Monitorização da satisfação dos colaboradores;
- Monitorização do processo de avaliação de desempenho;
- Monitorizar horários e cumprimentos dos procedimentos legais;
- Desenvolver o recrutamento, seleção, formação e integração de novos colaboradores;
- Dar continuidade ao plano de formação, com implementação de sistema de avaliação de quatro níveis: reação, aprendizagens, comportamento e resultados;
- Definir estratégias e programar ações, que possam contribuir para uma maior eficácia da gestão, aproveitamento de recursos, maior envolvimento e participação dos colaboradores;
- Desenvolver um sistema de informação que permita o seu rápido acesso;
- Monitorização das práticas administrativas dos recursos humanos;
- Análise e acompanhamento de situações específicas de trabalhadores.

CONTRATAÇÕES

No que diz respeito a admissões e cessações dos contratos de trabalho, é de salientar:

- A contratação de onze profissionais, dos quais dois integraram um programa do Instituto de Emprego e Formação Profissional, nomeadamente o Contrato Emprego-Inserção, tendo resultado num apoio de 2.852 €;

- A celebração de contratos de substituição de forma a dar resposta às ausências de longa duração;
- Na cessação de quarenta e dois contratos de trabalho, salientam-se trinta e oito iniciativa do trabalhador e quatro por situação de reforma e invalidez.
- A 31 de dezembro 2023, o número total de funcionários do quadro era de 471 efetivos.

3.2.2 GABINETE DO UTENTE E APOIO JURÍDICO

A atividade do Gabinete do Utente e Apoio Jurídico (GUAJ) visou, essencialmente, a gestão de reclamações apresentadas pelos utentes, trabalhando, ainda, em promover a redução do número de exposições e, sobretudo, pela resolução das situações expostas.

No âmbito da atividade do GUAJ, foram ainda realizadas formações sobre questões legais inerentes ao bom funcionamento dos diversos serviços, incluindo proteção de dados pessoais, uma vez que, neste Gabinete, está integrado o Encarregado da Proteção de Dados (*Data Protection Officer*) da SCM Riba D'Ave.

GABINETE DA QUALIDADE

Em 2023 realizaram-se atividades no âmbito de recomendações emitidas por entidades externas, solicitações de colaboração interna, auditorias e monitorização de indicadores contratualizados, assumindo-se como um importante suporte à definição de novas prioridades e objetivos.

Tendo em vista o prestígio e a qualidade dos serviços de saúde prestados à comunidade, o Gabinete assumiu a melhoria contínua da Qualidade da instituição, promovendo o desenvolvimento de processos e de normas de atuação organizacional.

CENTRO DE FORMAÇÃO CONTÍNUA

A formação é crucial para a melhoria do desempenho profissional e, conseqüentemente, da qualidade assistencial prestada. Esta visa a satisfação das necessidades dos profissionais e o reforço das suas competências, permitindo o desenvolvimento de aptidões e constituindo-se como um instrumento indispensável para o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores.

No ano de 2023 o Centro de Formação Contínua sofreu alterações que passaram pelo desenvolvimento de novos documentos de gestão e de procedimentos, bem como pela adoção de



DT
R. J. J.
L. J. J.
J. J. J.

medidas de proximidade com diversos agentes fundamentais ao desenvolvimento das atividades formativas.

No sentido de incrementar o número de trabalhadores nas ações de formação desenvolvidas, foram implementadas várias estratégias, nomeadamente em relação à divulgação das ações de formação através de e-mail, a adoção de lembretes e uma maior articulação com coordenadores de serviço e com o Gabinete de Recursos Humanos para a organização das sessões.

A sensibilização dos colaboradores quanto ao impacto resultante da sua não comparência na ação de formação foi um trabalho realizado ao longo do ano e ao qual será necessário dar continuidade uma vez que ainda se registam faltas de comparência ou desistências sem motivo justificativo.

3.2.3 SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO E DIETÉTICA

Em 2023, o Serviço de Alimentação e Dietética continuou a ter a seu cargo as ementas do Hospital Narciso Ferreira, do Centro Infantil de Pevidém e dos serviços com atividade no CIDIFAD.

Foi dada continuidade à gestão do desperdício dos consumos necessários a todas as unidades.

Foi ainda mantido o sistema *Hazard Analysis and Critical Control Point* (HACCP), implementado no Hospital e no Centro Infantil, com a renovação do contrato com a empresa OrtigaQual para a realização de análises microbiológicas.

3.2.4 GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

O ano ficou marcado pela suspensão da parceria com Curio Agency, empresa parceira da SCM Riba D'Ave na área da comunicação. A decisão, que se prevê temporária, foi motivada por questões financeiras na sequência de cortes forçados nos gastos da instituição.

Durante o ano, a comunicação foi realizada com recursos internos da SCM Riba D'Ave, com particular atenção ao portal e ao Facebook.

Ao longo do ano, foi promovida a execução de diversos itens digitais, como assinaturas e capas.

No Facebook o número de seguidores das páginas da Misericórdia teve um crescimento de 4,2%, com especial destaque para o Hospital, ao qual não será alheio o Serviço de Internamento de Medicina de hospitais do SNS e as cirurgias no âmbito do Programa SIGIC, que vieram promover a procura de informação do Hospital Narciso Ferreira.

Ainda por força das restrições orçamentais, manteve-se suspensa a elaboração do Boletim Informativo da SCM Riba D'Ave, 'Misericórdia Informa'.

3.2.5 SERVIÇO DE INFORMÁTICA

Em 2023, no trabalho desenvolvido pelo Serviço de Informática destacou-se:

- a) A análise para a escolha da empresa RIS 2048 como novo parceiro interlocutor do ERP PRIMAVERA.
- b) A monitorização dos ataques cibernéticos.
- c) Elaboração de aplicativos informáticos para os diferentes serviços da SCM Riba D'Ave.
- d) Renovação do *software* da Central Telefónica.
- e) Processo de renovação e reforço do parque de *hardware* da SCM Riba D'Ave, em particular das Consultas Externas e do Centro de Formação Contínua.
- f) Ajuste tecnológico das tabelas de preços internas e convencionadas.
- g) Processo de melhoria contínuo do sistema i-medical para armazenamento e disponibilização de MCDT para o exterior.
- h) Adaptação tecnológica para a instalação dos painéis fotovoltaicos.
- i) Adaptação tecnológica do novo sistema de integração do Bloco Operatório.
- j) Preparação do processo de integração contabilística da faturação.
- k) Preparação da solução tecnológica de gestão de stocks.
- l) Processo de renovação dos equipamentos de impressão do Hospital Narciso Ferreira.

3.2.6 GABINETE DE TRANSPORTES

O Gabinete de Transportes da SCM Riba D'Ave promove o transporte de pessoas, mercadorias e correspondência entre as valências da Misericórdia, entre a Instituição e o exterior e vice-versa, sendo-lhe exigido o planeamento e a execução de diferentes deslocações, assegurando uma gestão eficaz e racional dos recursos disponíveis.

Durante o ano foram organizados setenta e três transportes pós-operatórios de utentes SIGIC ao seu domicílio, sendo dada prioridade à utilização de transportes públicos em detrimento dos recursos da instituição o que resultou numa poupança na ordem dos 2.3 mil euros.

Esta estratégia será para manter, sendo, necessária uma avaliação de cada situação e a sua monitorização até à chegada do utente ao domicílio.



[Handwritten signatures and initials]

Ao longo de 2023 foram, ainda, programados cento e onze transportes de utentes internados na SCM Riba D'Ave para a realização de consultas e exames agendados. Destes, quarenta e dois foram realizados pelos Bombeiros Voluntários de Riba D'Ave e os restantes pelos motoristas da SCM Riba D'Ave.

17.07
 J. J. J. J.
 J. J. J. J.
 J. J. J. J.

4. ATIVIDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D'ÁVE

4.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA

A atividade do Hospital Narciso Ferreira pode ser observada no quadro seguinte:

| | 2021 | 2022 | 2023 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Serviço de Atendimento Permanente | 41 837 | 56 500 | 61 558 |
| Intervenções Cirúrgicas | 6 460 | 5 896 | 5 827 |
| Consultas Externas | 70 638 | 80 004 | 77 545 |
| Exames Complementares de Diagnóstico | 87 314 | 91 440 | 94 571 |
| Tratamentos de Fisioterapia | 390 975 | 398 608 | 390 117 |
| TOTAL | 597 224 | 632 448 | 629 618 |

Fig. 1 - Atividade do Hospital Narciso Ferreira

Embora com uma ligeira quebra face ao período anterior, o ano de 2023 é marcado pelo segundo maior registo de atividade do Hospital Narciso Ferreira, marcado, essencialmente pelo recurso dos utentes ao Serviço de Atendimento Permanente e aos serviços de Imagiologia, Gastrenterologia e Cardiologia.

Pela negativa, porém, observamos um recuo na dinâmica cirúrgica e das consultas, em resultado da sua redução ao abrigo do Contrato-Programa, compensadas, em parte, pela atividade realizada no âmbito de protocolos com o Hospital de Braga e Centro Hospitalar do Médio Ave, e na Medicina Física e de Reabilitação, provocada pela redução temporária do número de fisiatras ao serviço da instituição.

4.2 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS, SERVIÇO INTERNAMENTO MÉDICO e PAAS

No que ao Serviço de Internamento de Medicina e ao Programa de Acolhimento de Altas Sociais diz respeito, realce, também, para o apoio que ao longo do ano foi mantido ao Serviço Nacional de Saúde, cumprindo a sua posição de instituição complementar do Estado na área da Saúde.

Esta disponibilidade garantiu que, nas instalações do Hospital e do CIDIFAD, a SCM Riba D'Áve tivesse acolhido utentes agudos, de retaguarda e altas sociais de hospitais de todo o país, com principal destaque para o Hospital Senhora da Oliveira, de Guimarães, do Centro Hospitalar do Médio Ave e Hospital de Braga. Neste âmbito, o ano de 2023 é marcado pela disponibilidade de



Fl. 01
10/01/2024
Fl. 01

camas no Hospital para o SIM do Hospital Senhora da Oliveira, libertando a capacidade do CIDIFAD para a prevista execução do novo Acordo para sessenta camas para a Unidade de Longa Duração e Manutenção.

Relativamente à Unidade de Cuidados Continuados do Hospital Narciso Ferreira, constata-se um crescimento do número de diárias global, garantindo a manutenção da taxa de ocupação superior a 85%, o que atribui um financiamento a 100%

| Tipo de Valência | Dias de Internamento | | |
|------------------|----------------------|--------|--------|
| | 2021 | 2022 | 2023 |
| Longa Duração | 3 983 | 5 260 | 5 085 |
| Média Duração | 7 107 | 8 520 | 8 812 |
| Convalescença | 8 234 | 9 516 | 9 637 |
| SIM e PAAS | 7 707 | 20 548 | 21 519 |

Fig. 2 - UICC/SIM/PAAS

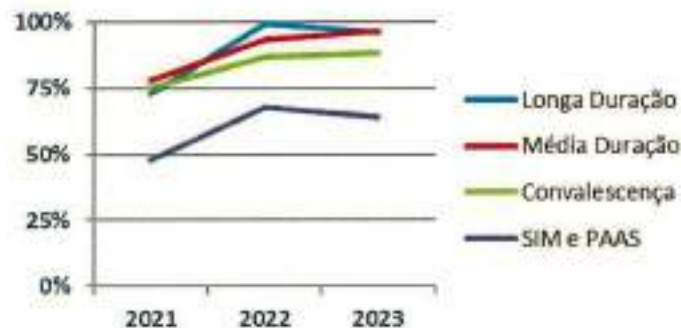


Fig. 3 - Taxa de Ocupação UCC, SIM/PAAS

4.3 CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM

No que diz respeito ao Centro Infantil de Pevidém, contactamos a estabilização no número de inscrições, atingindo-se uma taxa de ocupação próxima do máximo nas diferentes tipologias, nomeadamente com oitenta e nove crianças em Creche, noventa e cinco em Pré-escolar e trinta e sete em ATL.

07
Fi.
10
Ji
gama

De realçar que, em setembro de 2023, ao abrigo da Portaria n.º 190-A/2023, de 5 de julho, foi permitido o alargamento da capacidade da Creche de duas crianças por sala, garantindo uma lotação máxima de noventa e duas crianças.

O Centro Infantil termina, assim, o ano com 221 crianças inscritas.

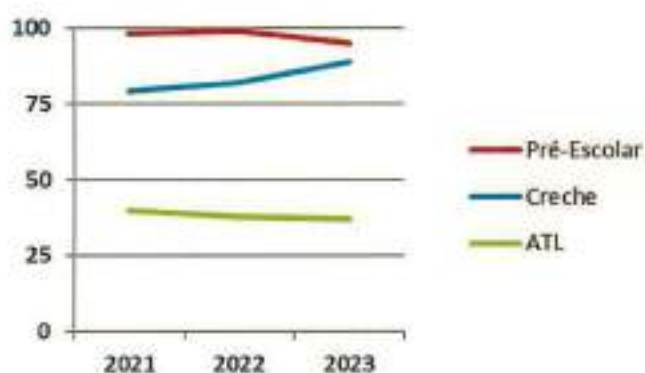


Fig. 4 - Inscrições CIP



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number '821' and a signature.

5. INFORMAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

5.1 RESULTADOS

Do período de 2023 ressaltam as duas grandes rubricas relativas ao período:

| | 2021 | 2022 | 2023 |
|--------------------------|------------------|-----------------|------------------|
| Rendimentos | 21 697 607 € | 22 551 876 € | 23 081 249 € |
| Gastos | 21 171 245 € | 22 501 363 € | 22 967 001 € |
| RESULTADO LÍQUIDO | 526 362 € | 50 513 € | 114 247 € |
| Evolução dos Rendimentos | 12,99% | 3,94% | 2,35% |
| Evolução dos Gastos | 13,99% | 6,28% | 2,07% |

Fig. 5 - Resultado Líquido Anual

Embora com um considerável crescimento do volume de rendimentos, permitindo ultrapassar a marca dos 23 milhões de euros, mais elevado de sempre da instituição, o ano fica marcado por inúmeros constrangimentos económicos que ditaram que o resultado líquido não fosse além de pouco mais do dobro do atingido em 2022.

As contrariedades, sentidas tanto ao nível dos *Rendimentos* como das *Gastos*, acabaram por penalizar fortemente o resultado líquido, desviando-o, em cerca de 80%, do previsto e antecipado durante a elaboração do respetivo orçamento.

Ao nível dos *Gastos*, apesar de em linha com o orçamentado, revelou-se que a margem de poupança conseguida nas rúbricas das *Depreciações* e *Energia*, esta foi totalmente absorvida pela galopante atualização do Salário Mínimo Nacional, pelo impacto da inflação nos preços das matérias-primas e consumíveis, pelas elevadas taxas diretoras do Banco Central Europeu, o que promoveu a manutenção das Euribor acima de 3,40%, chegando mesmo a estabilizar durante seis meses acima de 4%, e pela provisão constituída e que resulta da decisão em primeira instância do processo judicial que opõe trezes trabalhadores, e antigos trabalhadores, da SCM Ribadave à instituição.

Já os *Rendimentos*, embora alcançado o maior volume da história da Misericórdia, foram prejudicados pela não concretização de um Protocolo para a integração na dinâmica de saúde pública das atividades assistenciais desenvolvidas no CIDIFAD. Este fator conduziu a que a operacionalidade da valência continuasse dependente do PAAS, cujos valores de financiamento se

encontram muito aquém dos valores mínimos previstos para o Protocolo, e dos Serviços de Internamento de Medicina, que são extremamente dependentes das necessidades diárias dos hospitais de origem o que não garante uma média de financiamento estável, segura e estrutural.

Os pontos descritos potenciaram, assim, gastos na ordem dos 22.967 mil de euros e de rendimentos de 23.081 mil de euros, originado um resultado líquido de 114.247 €.

| | 2021 | 2022 | 2023 |
|---------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Prestação de Serviços | 21 432 129 € | 22 330 568 € | 22 752 781 € |
| Volume de Negócios | 21 432 129 € | 22 330 568 € | 22 752 781 € |
| Compras | 2 636 826 € | 2 449 674 € | 2 578 966 € |
| Forn. Serv. Externos | 2 723 519 € | 3 028 002 € | 2 648 389 € |
| Encargos com Pessoal | 14 547 999 € | 15 374 730 € | 15 441 848 € |
| EBITDA | 1 523 785 € | 1 478 162 € | 2 083 578 € |
| Depreciações | 1 146 770 € | 1 545 457 € | 1 402 748 € |
| Provisões | 0 € | 0 € | 334 000 € |
| Outros Rendimentos | 265 478 € | 221 308 € | 328 468 € |
| Outros Gastos | 116 131 € | 103 500 € | 561 050 € |
| Resultado Líquido | 526 362 € | 50 513 € | 114 247 € |

Fig. 6 - EBITDA

| | 2021 | 2022 | Orç. 2023 | 2023 | Δ Orç. (%) |
|--------------------------------|---------------------|---------------------|--------------------|--------------------|----------------|
| Rendimentos | 21 697 607 € | 22 551 876 € | 23 553 180 € | 23 081 249 € | -2,00% |
| Gastos | 21 171 245 € | 22 501 363 € | 22 941 725 € | 22 967 001 € | 0,11% |
| Meios Libertos | 1 673 132 € | 1 595 970 € | 2 517 643 € | 1 850 995 € | -26,48% |
| Depreciações | 1 146 770 € | 1 545 457 € | 1 906 188 € | 1 402 748 € | -26,41% |
| Provisões | | | 0 € | 334 000 € | n/a |
| Investimentos | 6 431 162 € | 2 883 368 € | 637 036 € | 1 302 059 € | 104,39% |
| Meios Libertos Líquidos | -4 758 030 € | -1 287 398 € | 1 880 607 € | 548 936 € | 70,81% |
| Resultado Líquido | 526 362 € | 50 513 € | 611 455 € | 114 247 € | -81,32% |

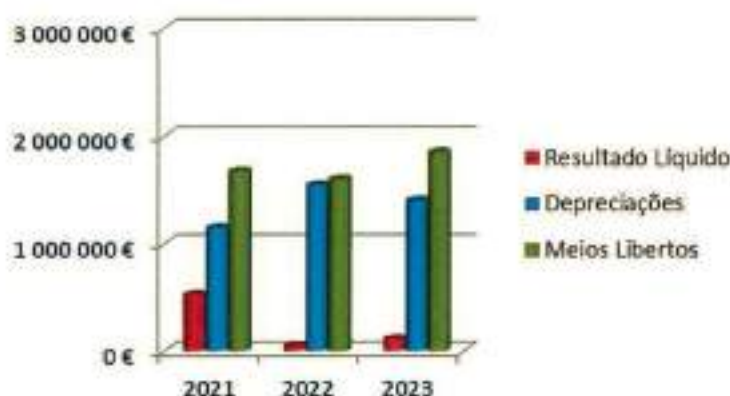
Fig. 7 - Meios Libertos Anuais



927
Fl. 10
Carreira
[Signature]

Apesar do registo histórico de *Rendimentos*, estes não atingiram o volume orçamentado, ficando a 2% dessa estimativa. No que diz respeito aos *Gastos*, embora a execução orçamental tenha cumprido com o perspetivado, as rubricas onde tiveram mais impacto não foram as inerentes à evolução da atividade e da consequente faturação, tendo sido particularmente nociva a evolução dos preços dos consumíveis, das Euribor e a Provisão constituída.

A conjuntura económica fez-se também refletir nos meios libertos atingidos. Embora com um crescimento face ao período homólogo, alcançando os 1.9 milhões de euros, este não foi suficiente para cumprir com os 2.5 milhões de euros previstos.



5.1.1 RENDIMENTOS

Relativamente aos rendimentos, podemos estabelecer as seguintes comparações:

| Rendimentos | 2022 | Orç. 2023 | 2023 | Δ 22/23 (%) | Δ Orç./23 (%) |
|-----------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------|---------------|
| Cirurgias | 10 385 843 € | 10 935 987 € | 10 778 503 € | 3,78% | -1,44% |
| CIDIFAD | 2 837 851 € | 3 194 111 € | 2 679 809 € | -5,57% | -16,10% |
| UCCI | 2 400 026 € | 2 425 154 € | 2 473 067 € | 3,04% | 1,98% |
| Consultas | 1 520 952 € | 1 499 832 € | 1 612 804 € | 6,04% | 7,53% |
| MCDT | 1 562 587 € | 1 854 650 € | 1 720 258 € | 10,09% | -7,25% |
| SAP | 1 227 954 € | 1 169 986 € | 1 351 338 € | 10,05% | 15,50% |
| Fisioterapia | 1 136 690 € | 1 255 000 € | 1 191 498 € | -4,82% | -5,06% |
| Centro Infantil | 844 421 € | 884 173 € | 896 185 € | 6,13% | 1,36% |
| Doutros | 635 552 € | 334 288 € | 377 787 € | -40,56% | 13,01% |
| TOTAL | 22 551 876 € | 23 553 181 € | 23 081 249 € | 3,94% | -2,99% |

Fig. 9 - Rendimentos

Na variação orçamental, constatamos o significativo impacto que a não concretização do Acordo para o regime de internamento do CIDIFAD e a redução temporária de fisiatras tiveram na faturação da SCM Riba D'Ave. Pela positiva, no entanto, verificamos a consolidação da confiança nos acessos ao SAP e às consultas de especialidade.

Quando comparado com o ano de 2022, é visível um considerável crescimento nas rubricas Cirurgias e MCDT, resultante de Protocolos com os hospitais do SNS para sua realização no Hospital Narciso Ferreira, e Centro Infantil de Pevidém, fruto do alargamento do número de crianças em Creche e da atualização das participações públicas.

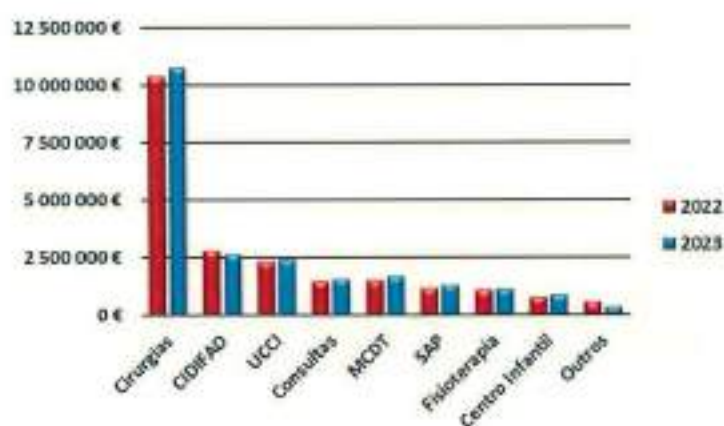


Fig. 10 - Rendimentos

5.1.2 GASTOS

Relativamente aos gastos, constatamos o seguinte:

| Gastos | 2022 | Orç. 2023 | 2023 | Δ 22/23 (%) | Δ Orç./23 (%) |
|------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------|---------------|
| Pessoal | 9 947 250 € | 10 220 525 € | 9 875 199 € | -0,72% | -3,38% |
| Prestadores | 5 427 480 € | 5 242 117 € | 5 566 649 € | 2,56% | 6,19% |
| Compras | 2 449 674 € | 2 531 169 € | 2 578 966 € | 5,28% | 1,89% |
| Depreciações | 1 545 457 € | 1 906 188 € | 1 402 748 € | -9,23% | -26,41% |
| Outros | 1 063 645 € | 1 103 355 € | 1 534 448 € | 44,26% | 39,07% |
| Gastos Correntes | 1 370 027 € | 1 371 264 € | 956 785 € | -30,16% | -30,23% |
| Conservação | 511 091 € | 462 060 € | 598 835 € | 17,17% | 29,60% |
| Provisões | 0 € | 0 € | 334 000 € | n/a | n/a |
| Subcontratos | 186 739 € | 104 747 € | 119 371 € | -36,08% | 13,96% |
| TOTAL | 22 501 363 € | 22 941 425 € | 22 967 001 € | 6,28% | 0,20% |

Fig. 11 - Gastos

Embora longe do melhor ano de faturação, o Hospital Narciso Ferreira/Unidade Cuidados Continuados apresenta o terceiro maior volume de rendimentos alguma vez alcançado. Este crescimento, na ordem dos 785 mil euros, originou um aumento de despesa de 340 mil euros, resultando num contributo de 829 mil euros na a atividade social da SCM Riba D'Ave.

5.2.2 UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA

| | 2021 | 2022 | 2023 |
|-------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Rendimento Total | 761 153 € | 861 165 € | 896 185 € |
| Matrículas/Mensalidades | 196 069 € | 235 331 € | 239 509 € |
| Comp. Segurança Social | 534 781 € | 535 435 € | 632 670 € |
| Outros | 30 303 € | 90 399 € | 24 006 € |
| Cantina Social | | | |
| Gasto Total | 731 923 € | 843 535 € | 850 430 € |
| Encargos com Pessoal | 583 049 € | 611 889 € | 665 976 € |
| Forn. Serv. Externos | 72 691 € | 108 387 € | 79 939 € |
| Compras | 36 642 € | 62 058 € | 55 800 € |
| Depreciações | 34 501 € | 37 094 € | 36 784 € |
| Outros | 5 040 € | 24 107 € | 11 931 € |
| CONTRIBUTO | 29 230 € | 17 630 € | 45 755 € |

Fig. 14 - Contributo UISE

Mesmo com um aumento dos rendimentos de 4,1%, não são despicientes os esforços da Unidade Funcional na poupança e no combate ao desperdício, resultando num residual crescimento da despesa total de 0,7%. Esta variação tem maior impacto quando verificamos que com Recursos Humanos houve um crescimento de despesa de 8,8%.

Esta dinâmica garantiu que fosse atingido o melhor resultado de sempre da Unidade de Intervenção Social e Educativa, com particular destaque para o Centro Infantil de Pevidém, sendo apresentado um contributo de 45.8 mil euros para o resultado social da SCM Riba D'Ave.

Esta Unidade Funcional, além do Centro Infantil, incorpora a atividade resultante do Programa de Emergência Alimentar - Cantina Social e do Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas.



171
Fl. 1
F. Lourenço
#

5.2.3 SERVIÇO DE INTERNAMENTO MÉDICO / PROGRAMA DE ACOLHIMENTO DE ALTAS SOCIAIS

| | 2021 | 2022 | 2023 |
|-------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Rendimento Total | 1 455 031 € | 2 871 665 € | 2 679 809 € |
| SIM/PAAS | 1 351 997 € | 2 081 474 € | 2 547 428 € |
| Ambulatório Demência | 4 075 € | 93 433 € | 114 356 € |
| Outros | 98 959 € | 696 758 € | 18 025 € |
| Gasto Total | 2 117 008 € | 3 222 716 € | 3 440 516 € |
| Encargos com Pessoal | 1 743 881 € | 2 237 582 € | 2 250 062 € |
| Forn. Serv. Externos | 183 849 € | 616 502 € | 407 344 € |
| Compras | 149 381 € | 117 749 € | 371 691 € |
| Depreciações | 38 239 € | 250 883 € | 274 444 € |
| Outros | 1 658 € | 0 € | 136 975 € |
| CONTRIBUTO | -661 977 € | -351 051 € | -760 707 € |

Fig.15 - Contributo SIM e PAAS

O Serviço de Internamento Médico e o Programa de Acolhimento de Altas Sociais desenvolveram a sua atividade nas instalações no CIDIFAD.

Esta é uma valência que contribui negativamente para os resultados da SCM Ribadave mas que, ainda assim, e uma vez que os custos fixos são significativos e por aposta no desenvolvimento do CIDIFAD, a Mesa Administrativa e a Comissão Executiva optaram por manter esta estrutura, tentando minimizar o seu impacto negativo nas contas e apostando na contratualização, assim que possível, de uma nova Unidade de Cuidados Continuados, dando seguimento aos compromissos assumidos com a ARS Norte.

Conscientes que o fim do Serviço de Tratamentos COVID-19, a inexistência do apoio MAREESS e a redução de utentes ao abrigo do PAAS, não por nossa iniciativa mas devido ao fim das referências, conduziriam a uma quebra dos rendimentos, perante a incerteza do momento da publicação da legislação para a demência e sendo a despesa com Recursos Humanos um custo fixo, vimo-nos incentivados a aproveitar a capacidade instalada do CIDIFAD para protocolos de Serviços de Internamento de Medicina para os hospitais de Guimarães, Braga e CHMA.

Estes protocolos, embora contribuindo para a promover a rentabilização da Unidade, não resultaram em suficientes rendimentos fruto da base conjuntural dos acordos que apenas

referenciam utentes em caso de necessidade e que assume as diárias apenas consumidas e não as camas reservadas.

Deste modo, perante o inferior financiamento e o elevado custo operacional, estes serviços extensivos à ação de saúde e social do Estado representaram um contributo negativo de 761 mil euros para a SCM Riba D'Ave.

5.3 BALANÇO

| | 2021 | 2022 | 2023 |
|----------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| ATIVO | 42 994 709 € | 43 995 898 € | 43 700 476 € |
| Ativo Não Corrente | 32 401 108 € | 33 771 334 € | 33 670 760 € |
| Ativo Corrente | 10 593 601 € | 10 224 564 € | 10 029 716 € |
| Inventários | 422 934 € | 418 864 € | 353 731 € |
| Dívidas de Terceiros | 9 201 050 € | 9 084 343 € | 8 639 470 € |
| Meios Financeiros Líquidos | 969 617 € | 721 358 € | 1 036 515 € |
| PASSIVO | 21 475 816 € | 22 467 522 € | 22 088 242 € |
| Passivo Não Corrente | 12 732 987 € | 12 517 899 € | 12 173 737 € |
| Passivo Corrente | 8 742 829 € | 9 949 623 € | 9 914 505 € |
| Financiamento Externo | 2 424 350 € | 3 720 936 € | 3 688 557 € |
| Fornecedores | 1 752 516 € | 1 656 741 € | 1 626 681 € |
| Prestadores de Serviços | 1 372 157 € | 1 357 159 € | 1 270 863 € |
| Outros | 3 193 807 € | 3 214 788 € | 3 328 405 € |
| PATRIMÓNIO | 21 518 893 € | 21 528 376 € | 21 612 234 € |
| Fundos Patrimoniais | 20 992 531 € | 21 477 863 € | 21 497 987 € |
| Resultado Líquido | 526 362 € | 50 513 € | 114 247 € |

Fig. 16 - Balanço

No *Ativo Não Corrente*, com a conclusão do investimento no Centro de Investigação, Diagnóstico, Formação e Acompanhamento das Demências, no valor total de 19.7 milhões de euros, verifica-se a estabilização do imobilizado da SCM Riba D'Ave em 33.7 milhões de euros.

Já no *Ativo Corrente*, a rubrica *Dívidas de Terceiros* regista um crescimento de 4,9%, resultante da liquidação de 4.3 milhões de euros da faturação do Programa SIGIC, SIM e PAAS, devidamente



FC
D. J. C. Soares
#

canalizado para a amortização dos investimentos da SCM Riba D'Ave e que já permitiu a devolução de 3.2 milhões de euros.

No que diz respeito ao *Passivo*, embora com um decréscimo de 1,7%, o crescimento a curto prazo resulta do recurso ao financiamento de apoio à tesouraria junto do Banco BPI e do Montepio Geral.

Relativamente ao peso da dívida, depois de três anos de fortes subidas, chegando, em 2022, a atingir os 99,6%, o ano termina com uma redução de 3,9 pontos percentuais, fixando a dívida em 95,7% do volume de rendimentos da SCM Riba D'Ave. Embora positiva, esta evolução deverá ser mantida nos próximos anos de modo a promover um aumento da autonomia financeira, atualmente em 49,5%, que se refletirá numa redução dos custos financeiros.

Embora o *Ativo* evidencie um decréscimo de 0,7%, este é ultrapassado pelo recuo de 1,7% do *Passivo*, permitindo à SCM Riba D'Ave atingir o mais elevado valor alguma vez concretizado e garantindo um Património Líquido de 21.612 mil de euros.

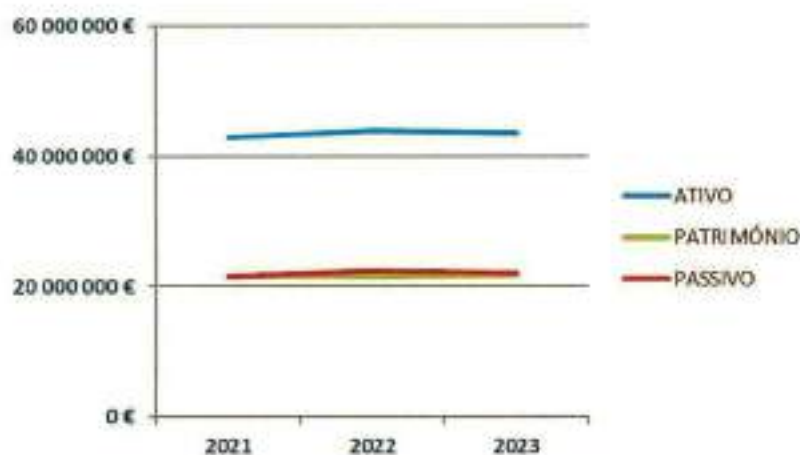


Fig. 17 - Evolução do Património

Fruto da elevada necessidade de capital externo, *Passivo* mantém-se acima da *Situação Líquida* da SCM Riba D'Ave. Esta posição será revertida com a expectável melhoria dos resultados e a regular amortização da dívida contraída para a concretização dos investimentos.

5.4 INVESTIMENTOS

Através do seguinte quadro, observamos a evolução dos investimentos da SCM Riba D'Ave:

| | 2021 | 2022 | 2023 |
|------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Edifícios | 0 € | 714 534 € | 993 226 € |
| Terrenos | 0 € | 1 497 058 € | 0 € |
| Equipamento Diverso | 3 148 699 € | 376 687 € | 145 309 € |
| Investimentos em Curso | 3 318 464 € | 319 959 € | 162 015 € |
| Total | 6 467 163 € | 2 908 238 € | 1 300 550 € |

Fig. 18 - Investimentos

O ano de 2023 é marcado pelo investimento na instalação dos painéis fotovoltaicos, no valor de 272 mil euros. A solução adotada garantiu a instalação de 588 painéis no Hospital, no CIDIFAD e no CIP, permitindo uma potência instalada de 382,2 kWp e uma produção de energia de 568.082 kWh, perspetivando um *payback* em três anos e uma poupança anual de 20%.

Ainda na rubrica *Edifícios*, encontra-se refletido o indeferimento da Autoridade Tributária em restituir à SCM Riba D'Ave a totalidade do IVA suportado durante a obra de ampliação do Hospital Narciso Ferreira. Ao não ser considerado que a empreitada teve início em 2010, foram devolvidos apenas 50% do imposto liquidado, sendo, agora, o remanescente considerado como investimento da instituição.

5.5 FUNDO DE MANEIO

A quebra de 1,6% do *Ativo Corrente* que, como verificamos, foi canalizado para a amortização dos investimentos da SCM Riba D'Ave, e o crescimento do *Passivo Corrente* em 6,8%, fruto do recorrente recurso ao financiamento de apoio à tesouraria, agravado pela constituição da provisão, potenciou o recuo do Fundo de Maneio para os 198 mil euros negativos, perspetivando-se, agora, o início da sua recuperação.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

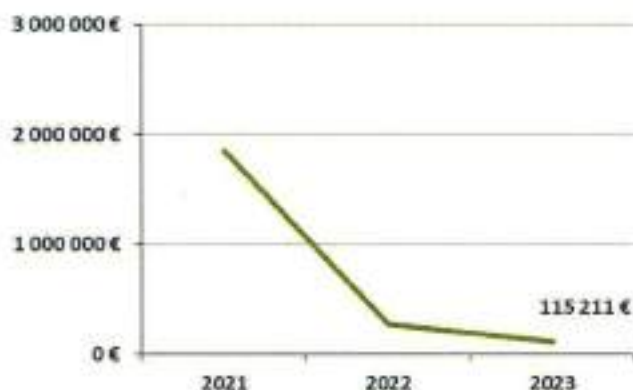


Fig. 19 - Evolução do Fundo de Maneio

5.6 RECURSOS HUMANOS

O ano terminou com 471 colaboradores do quadro e 390 trabalhadores independentes ao serviço da SCM Ribad'ave, totalizando 861 elementos.

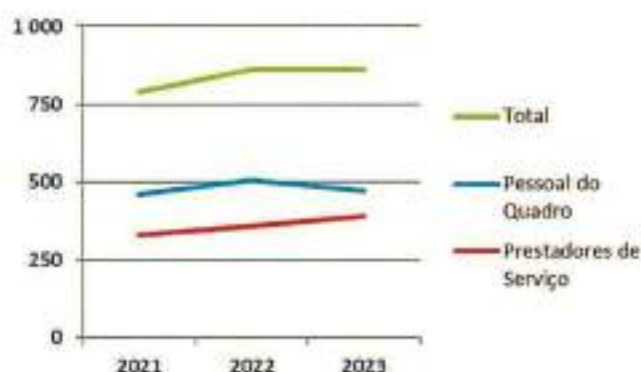


Fig. 20 - Evolução dos Recursos Humanos

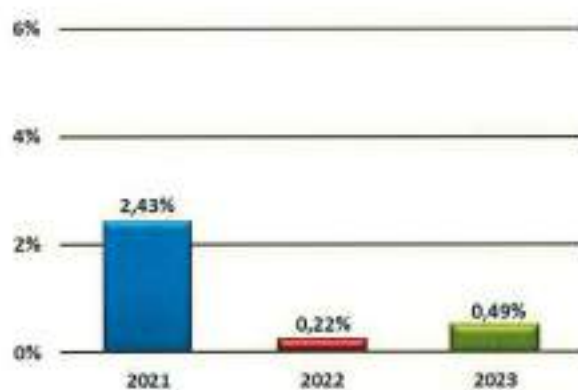
O decréscimo do número de trabalhadores do quadro reflete a correção das necessidades da instituição depois de nos últimos quatro anos, fruto da pressão para cumprir com o Serviço de Tratamento COVID-19 e Serviços de Internamento de Medicina, se ter registado um aumento médio anual de 12%.

Esta preocupação permitiu que ao longo do ano, com recursos internos, fosse possível colmatar 74% das saídas de profissionais por motivo de reforma, invalidez e despedimento por iniciativa do trabalhador.

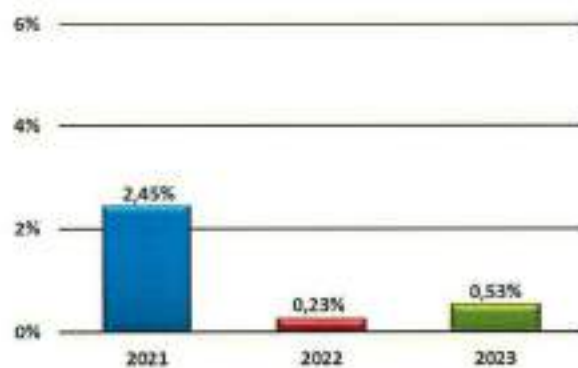
5.7 RÁCIOS

5.7.1 RENDIBILIDADE

Rendimentos



Capitais Próprios

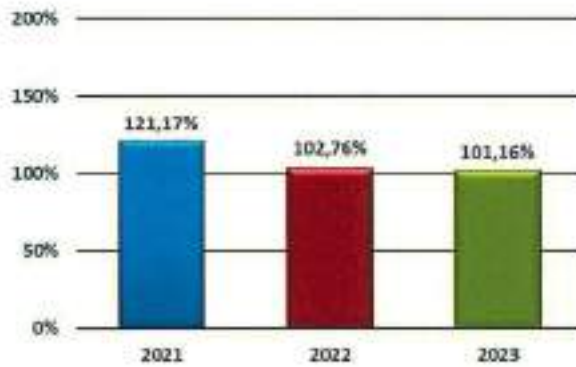




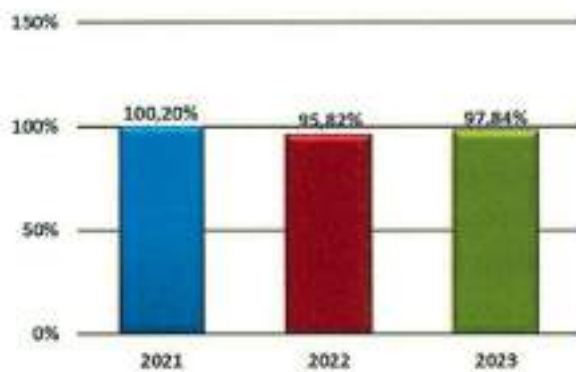
FM
J. Soares
#

5.7.2 TESOURARIA E ESTRUTURA FINANCEIRA

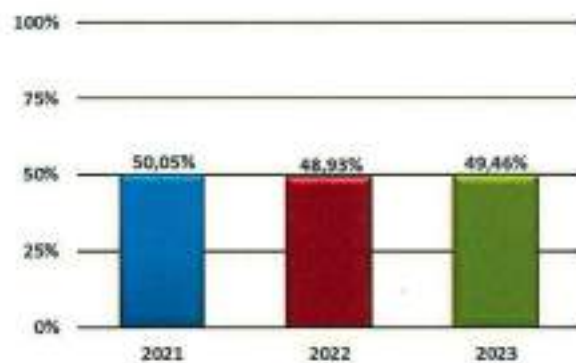
Coefficiente de Liquidez



Solvabilidade

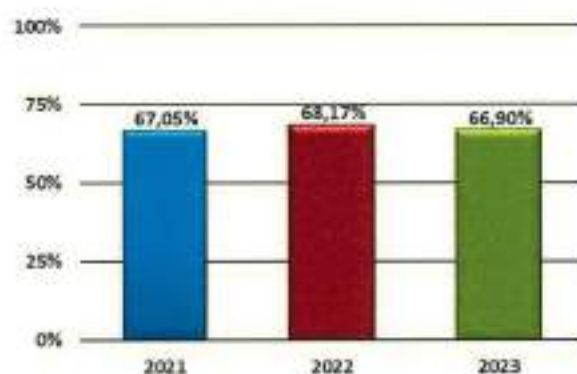


Autonomia Financeira



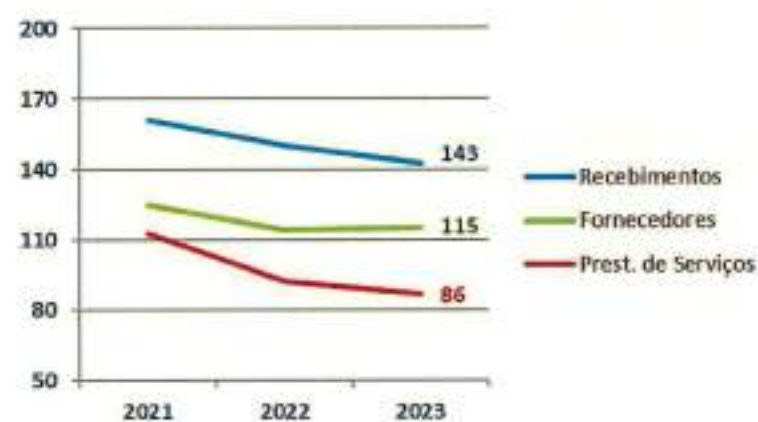
5.7.3 OPERATIVOS

Gastos com Pessoal/Rendimentos

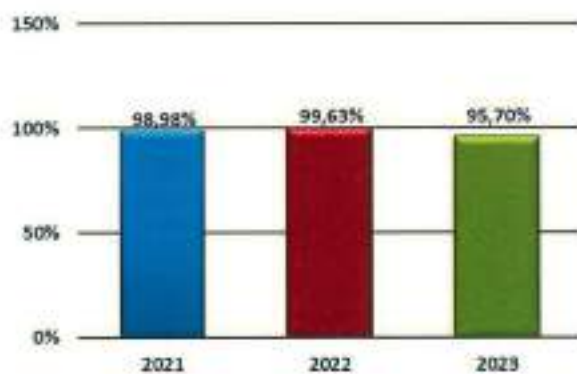


Prazo Médio de Recebimentos e Pagamentos

(dias)



Peso da Dívida/Rendimentos





Fl. 04
Paco
J

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de um período de três anos fortemente marcado pelas consequências demográficas, sanitárias, económicas e sociais da pandemia COVID-19, o ano de 2023 surge como o primeiro sinal de retoma da atividade assistencial da Santa Casa da Misericórdia de Ribad'ave.

Embora com uma atividade hospitalar semelhante à do ano transato, ficando a apenas 0,45% desse registo, em 2023, pela primeira vez na sua história, a SCM Ribad'ave ultrapassa os vinte e três milhões de euros de rendimentos que, no entanto, fruto dos constrangimentos conjunturais apresentados neste documento, não foi suficiente para que fossem alcançados os valores orçamentados em novembro de 2022.

Os vetores ao nível da faturação, nomeadamente a falta de concretização de um acordo estrutural para a atividade desenvolvida no CIDIFAD, e ao nível da despesa, em particular a resultante da atualização do Salário Mínimo Nacional, que, nos últimos quatro anos teve uma evolução anual de 6,1%, não devidamente compensada pelas prestações Estatais, do Índice de Preços no Consumidor de 4,3% e dos registos históricos das taxas Euribor, que em 2023 atingiram os 4,15%, foram determinantes na ambição e na expectativa de se atingir o resultado líquido e os meios libertos previstos.

De realçar, porém, o extraordinário nível de atividade do Hospital Narciso Ferreira, os resultados alcançados pela Unidade de Intervenção Social e Educativa, nomeadamente pela dinâmica instituída pelo Centro Infantil de Pevidém, e a capacidade de ação do CIDIFAD para dar cumprimento ao papel de complementaridade da SCM Ribad'ave face à intervenção social e de saúde do Estado.

Ainda assim, perante o conturbado ano que vivemos, é de realçar o nível de meios libertos alcançado pela SCM Ribad'ave, confirmando a estabilidade financeira da Instituição, bem como o cumprimento dos investimentos realizados.

Continua a SCM Ribad'ave a manter uma política de organização do trabalho, com as melhores condições para os seus funcionários e colaboradores e uma maior diferenciação profissional, uma boa autonomia económica e financeira, visível na capacidade para assumir compromissos a curto, médio e a longo prazo, e a contínua capacidade para dar corpo ao cumprimento de indicadores de qualidade e de segurança dos utentes.

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D'Ave

A SCM Riba D'Ave não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do art.º 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Mesa Administrativa informa que a situação da instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



7. PROPOSTAS

1. Que seja aprovado o Relatório de Atividades e Contas do período de 2023.
2. Que o Resultado Líquido obtido, positivo no valor de 114.247 €, seja mantido na conta de Resultados Transitados.
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os funcionários, colaboradores e Comissão Executiva da Santa Casa da Misericórdia de Ribadave, pela meritória atividade desenvolvida ao longo do período.

Ribadave, 12 de março de 2024

A Mesa Administrativa da SCM Ribadave

[Handwritten signatures]
D. M. Am. Mota

127

**IRMANDADE DA SANTA CASA DA
MISERICÓRDIA DE RIBA D'AVE**



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2023

Serviço
M
Índice

| | |
|---|----|
| Balanço em 31 de dezembro de 2023 | 53 |
| Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2023 | 54 |
| Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 | 55 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2023 | 56 |
| Anexo em 31 de dezembro de 2023..... | 57 |

Handwritten signature: H. Ave
9/1

Balauço em 31 de dezembro de 2023

| RUBRICAS | Notas | Datas | |
|---|-------|----------------------|----------------------|
| | | 31-12-2023 | 31-12-2022 |
| Ativo | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 4 | 33 581 386,66 | 33 683 473,72 |
| Ativos intangíveis | | 1 887,72 | - |
| Investimentos financeiros | 5 | 87 485,43 | 87 860,07 |
| Subtotal | | 33 670 759,81 | 33 771 333,79 |
| Ativo corrente | | | |
| Inventários | 6 | 353 730,80 | 418 863,70 |
| Créditos a receber | 7 | 5 001 939,35 | 5 355 690,43 |
| Estado e outros entes públicos | 8 | 16 881,15 | 701 611,90 |
| Diferimentos | 9 | 9 486,11 | 9 139,87 |
| Outros ativos correntes | 10 | 3 611 163,80 | 3 017 900,64 |
| Caixa e depósitos bancários | 11 | 1 036 515,27 | 721 357,61 |
| Subtotal | | 10 029 716,48 | 10 224 564,15 |
| Total do Ativo | | 43 700 476,29 | 43 995 897,94 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| Fundos patrimoniais | | | |
| Fundos | 12 | 4 073 354,35 | 4 073 354,35 |
| Reservas | | 36 132,88 | 36 132,88 |
| Resultados transitados | | 16 332 237,25 | 16 281 723,76 |
| Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais | 13 | 1 056 262,58 | 1 086 651,71 |
| Resultado líquido do período | | 114 247,23 | 50 513,49 |
| Total dos fundos patrimoniais | | 21 612 234,29 | 21 528 376,19 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Provisões | 14 | 334 000,00 | - |
| Financiamentos obtidos | 15 | 11 839 736,81 | 12 517 899,00 |
| Subtotal | | 12 173 736,81 | 12 517 899,00 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 16 | 2 293 937,28 | 2 501 758,04 |
| Estado e outros entes públicos | 8 | 480 568,56 | 507 327,76 |
| Financiamentos obtidos | 15 | 3 688 557,00 | 3 720 935,75 |
| Diferimentos | 9 | 123 037,62 | 4 813,62 |
| Outros passivos correntes | 17 | 3 328 404,73 | 3 214 787,58 |
| Subtotal | | 9 914 505,19 | 9 949 622,75 |
| Total do passivo | | 22 088 242,00 | 22 467 521,75 |
| Total dos fundos patrimoniais e do passivo | | 43 700 476,29 | 43 995 897,94 |

Riba D'Ave, 8 de março de 2024

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

Handwritten signature: Manuel de Silva Lopes

A Mesa Administrativa

Handwritten signature: Fernando H. B. Santos
Handwritten signature: José Maria F.
Handwritten signature: José Augusto da Costa
Handwritten signature: António Henrique
Handwritten signature: D. A. Oliveira

Demonstração dos Resultados por Naturezas no período findo em 31 de dezembro de 2023

| RENDIMENTOS E GASTOS | Notas | PERÍODOS | |
|--|-------|---------------------|---------------------|
| | | 2023 | 2022 |
| Vendas e serviços prestados | 18 | 22 617 808,76 | 21 191 094,02 |
| Subsídios, doações e legados à exploração | 19 | 60 615,21 | 348 244,45 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 6 | (2 578 965,98) | (2 449 673,58) |
| Fornecimentos e serviços externos | 20 | (8 191 377,50) | (8 429 528,12) |
| Gastos com o pessoal | 21 | (9 875 198,75) | (9 947 250,03) |
| Provisões (aumentos/reduções) | 14 | (334 000,00) | - |
| Aumentos/reduções de justo valor | 5 | (1 439,25) | - |
| Outros rendimentos | 22 | 402 824,62 | 1 012 065,12 |
| Outros gastos | 23 | (383 811,68) | (86 444,56) |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 1 716 455,43 | 1 638 507,30 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 4 | (1 402 747,60) | (1 545 457,17) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 313 707,83 | 93 050,13 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 24 | | 472,45 |
| Juros e gastos similares suportados | 24 | (199 460,60) | (43 009,09) |
| Resultados antes de impostos | | 114 247,23 | 50 513,49 |
| Imposto sobre o rendimento do período | | - | - |
| Resultado líquido do período | | 114 247,23 | 50 513,49 |

Riba D'Ave, 8 de março de 2024

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

Manuel do Vale Sousa

A Mesa Administrativa

Francisco António
João Manuel
João Manuel
Francisco António
Doutor António

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2023

| DESCRIÇÃO | Notas | Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores de entidade-mãe | | | | | Total dos Fundos Patrimoniais |
|--|----------|--|-----------|-------------------------|--|------------------------------|-------------------------------|
| | | Fundos | Reservas | Resultados Transfêridos | Outras variações nos fundos patrimoniais | Resultado líquido do período | |
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023 | 4 | 4 073 354,35 | 36 532,88 | 16 245 723,76 | 1 096 401,71 | 50 513,49 | 21 528 376,19 |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO | | | | | | | |
| Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais | 13 | - | - | 50 513,49 | (20 389,33) | (50 513,49) | (30 389,33) |
| | 7 | - | - | 50 513,49 | (20 389,33) | (50 513,49) | (30 389,33) |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | 8 | | | | | 334 247,25 | 334 247,25 |
| RESULTADO EXTENSIVO | 8+7+8 | | | | | 334 247,25 | 334 247,25 |
| OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO | 10 | - | - | - | - | - | - |
| POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2023 | 4+7+8+10 | 4 073 354,35 | 36 132,88 | 16 332 237,25 | 1 056 262,58 | 334 247,25 | 21 652 254,25 |

| DESCRIÇÃO | Notas | Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores de entidade-mãe | | | | | Total dos Fundos Patrimoniais |
|--|-----------|--|-----------|-------------------------|--|------------------------------|-------------------------------|
| | | Fundos | Reservas | Resultados Transfêridos | Outras variações nos fundos patrimoniais | Resultado líquido do período | |
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022 | 1 | 4 073 354,35 | 36 132,88 | 15 755 362,13 | 1 127 682,84 | 526 363,65 | 21 528 891,05 |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO | | | | | | | |
| Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais | 13 | - | - | 526 363,65 | (41 090,33) | (526 363,65) | (41 090,33) |
| | 2 | - | - | 526 363,65 | (41 090,33) | (526 363,65) | (41 090,33) |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | 3 | | | | | 50 513,49 | 50 513,49 |
| RESULTADO EXTENSIVO | 4+2+3 | | | | | 50 513,49 | 50 513,49 |
| OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO | 5 | - | - | - | - | - | - |
| POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2022 | 0+1+2+3+5 | 4 073 354,35 | 36 132,88 | 16 281 725,78 | 1 086 451,71 | 50 513,49 | 21 528 376,19 |

Riba D' Ave, 8 de março de 2024

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

Manuel de Riba Soares

A Mesa Administrativa

Severino H. A. S.
7081 M. G. S. L.
José Luís Alves
Francisco Alves
D. de A. M. Costa

Demonstração dos Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2023

| RUBRICAS | Notas | PERÍODOS | |
|--|-------|-----------------|-----------------|
| | | 2023 | 2022 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Recebimentos de clientes e utentes | | 22 446 790,59 | 21 514 626,49 |
| Pagamento a fornecedores | | (11 375 231,05) | (11 003 730,81) |
| Pagamentos ao pessoal | | (7 996 523,18) | (8 082 186,41) |
| Caixa gerada pelas operações | | 3 075 036,36 | 2 428 709,27 |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | | - | - |
| Outros recebimentos/pagamentos | | (1 578 500,04) | (2 323 407,28) |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais (1) | | 1 496 536,32 | 105 301,99 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 4 | (120 902,24) | (466 086,90) |
| Ativos intangíveis | | | |
| Investimentos financeiros | | (8 928,06) | (29 750,22) |
| Outros Ativos | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | 122,20 | |
| Ativos intangíveis | | | |
| Investimentos financeiros | | 7 863,45 | 12 632,95 |
| Outros Ativos | | | |
| Subsídios ao investimento | | 8 000,00 | |
| Juros e rendimentos similares | | | 472,45 |
| Dividendos | | | |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento (2) | | (113 844,65) | (482 731,72) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Financiamentos obtidos | | 14 189 912,24 | 3 195 000,00 |
| Realizações de fundos | | | |
| Cobertura de prejuízos | | | |
| Doações | | | |
| Outras operações de financiamento | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | | (14 900 453,18) | (2 919 660,89) |
| Juros e gastos similares | | (356 993,07) | (146 168,38) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3) | | (1 067 534,01) | 129 170,73 |
| Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | | 315 157,66 | (248 259,00) |
| Efeito das diferenças de câmbio | | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 11 | 721 357,61 | 969 616,61 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 11 | 1 036 515,27 | 721 357,61 |

Riba D'Ave, 8 de março de 2024

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

Manuel de Jesus Gomes

A Mesa Administrativa

Francisco José Gomes
João Carlos Gomes
Francisco Gomes
João Carlos Gomes

my
D.F.
Loure

D7

Anexo em 31 de dezembro de 2023

1. Identificação da Entidade

A IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D'AVE (SCM Riba D'Ave) é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com sede na Rua 25 de abril, freguesia de Riba D'Ave, concelho de Vila Nova de Famalicão e distrito de Braga. Instituída no ano de 1927, é uma associação de fiéis com personalidade jurídica, canónica e civil.

A Irmandade está reconhecida como IPSS, mediante participação escrita da sua ereção canónica feita pelo Ordinário Diocesano aos serviços competentes do Estado e rege-se pelo Código do Direito Canónico e pela lei civil, simultaneamente, conforme o caso.

A sua atividade principal está definida pela CAE 85110 - Atividades dos Estabelecimentos de Saúde com Internamento, através do Hospital Narciso Ferreira, designação adotada em 1933. Tem como atividades secundárias, a Educação Pré-Escolar (CAE 85100) e Atividades de Cuidados para Crianças sem Alojamento (CAE 88910).

A SCM Riba D'Ave exerce a sua ação, no campo social, através da prática das 14 Obras de Misericórdia, tanto espirituais como corporais, mantendo, no plano especificamente religioso, o culto divino na sua Igreja.

Compete-lhe, nomeadamente:

- Manter as obras sociais existentes e promover o seu desenvolvimento;
- Cooperar com quaisquer entidades públicas ou privadas na satisfação de carências sociais, materiais ou morais, da população;
- Conservar, valorizar e divulgar o seu património com valor histórico e artístico;
- Gerir o seu valor social, segundo critérios de eficiência e sustentabilidade.

Os Corpos Sociais da SCM Riba D'Ave são a **Assembleia Geral**, a **Mesa Administrativa** e o **Definitório**, sendo os seus elementos eleitos em lista completa pelo período de quatro anos civis, podendo eventualmente ser reeleitos.

A **Assembleia Geral** é composta pela reunião de irmãos inscritos no pleno gozo dos seus direitos.

A **Mesa Administrativa** é constituída por um provedor, um vice-provedor, um secretário e um vogal suplente.

O **Definitório** é composto por três membros efetivos, um presidente, dois vogais e dois suplentes, competindo-lhe, nomeadamente, exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da Instituição, sempre que tal se julgar conveniente.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais e compreendem o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023.

Os membros da Mesa Administrativa, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da entidade.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Mus
J. J.
J. J.
R.

B

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Mesa Administrativa entende que a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins. Nesta conformidade, as demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas respetivas contas das rubricas "Outros ativos correntes", "Outros passivos correntes" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A comparabilidade da informação inter períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

Nessa medida, a alteração de política contabilística referida ponto "Subsídios e outros apoios de Entidades Públicas" levou à reexpressão dos comparativos da Nota 18 "Vendas e serviços prestados" e da Nota 19 "Subsídios, doações e legados à exploração" e respetivos comparativos de forma a manter a comparabilidade entre períodos na informação apresentada.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos fixos tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecido, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

| Descrição | Vida útil estimada (anos) |
|--------------------------------|---------------------------|
| Terrenos e recursos naturais | Indefinida |
| Edifícios e outras construções | 20 |
| Equipamento básico | 6 |
| Equipamento de transporte | 5 |
| Equipamento administrativo | 6 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 4 |

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.2. Ativos intangíveis

Os "Ativos intangíveis" encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada de 3 anos

3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Handwritten notes in the right margin:
 - "mrs" (top)
 - "76" (middle)
 - "07" (bottom)

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Cientes e Outros ativos correntes

Os "Clientes" e as "Outros ativos correntes" encontram-se reconhecidas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são reconhecidas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente e nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros passivos correntes

As dívidas reconhecidas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade, sendo objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando

Amo
2023
V. P. P.
72.
#8
D.17

benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.7. Financiamentos obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo obtidos" encontram-se reconhecidos, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos financeiros" de "Empréstimos obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os "Encargos financeiros" não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.8. Estado e outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no art.º 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando

estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.9. Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Mesa Administrativa. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.1. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios e outros apoios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis estão reconhecidos na rubrica "Outras variações no capital próprio" do Capital próprio, líquidos do montante de imposto a pagar (conforme previsto na nota de enquadramento da conta "593 Subsídios"), e: - quando relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, são imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem; - quando relativos a ativos fixos

Amey
Dj
Pauco
FL
#8
07

Handwritten: Parecer H. 18 017

tangíveis não depreciáveis, mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e reconhecidos, com o desenvolvimento de estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Com base no Parecer da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) emitido em 2023, FAQ 39, reportado à contabilização das participações financeiras resultantes de acordo de cooperação celebrados entre as Entidades do setor não lucrativo e o Estado, em 2023 houve alteração da respetiva política contabilística:

Quando a participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuído como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente, é a mesma contabilizada como prestação de serviços.

Se a participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequência dos utentes, sendo atribuído tendo em vista suportar custos de financiamento, é a mesma contabilizada como subsídio à exploração.

Tal como referido no ponto da "Informação vinculativa", a alteração de política contabilística levou à reexpressão dos comparativos das Notas 18 "Vendas e serviços prestados" e 19 "Subsídios, doações e legados à exploração" e respetivos comparativos.

3.2.2. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.3. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Mesa Administrativa foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2.4. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

Handwritten notes in the right margin: "Amu" with an arrow pointing to the top right, "V. Casca" with an arrow pointing to the middle right, "Th." with an arrow pointing to the bottom right, and "D/A" at the very bottom right.

4. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

| Descrição | Saldo em 01-01-2023 | Aquisições / Aumentos | Abates / Diminuições | Saldo em 31-12-2023 |
|--------------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|--|
| Custo | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 4 390 471,36 | - | - | 4 390 471,36 |
| Edifícios e outras construções | 32 445 391,16 | 1 147 155,90 | - | 33 592 547,06 |
| Equipamento básico | 11 990 076,49 | 84 579,36 | (490,00) | 12 074 165,85 |
| Equipamento de transporte | 83 186,03 | - | - | 83 186,03 |
| Equipamento administrativo | 1 937 488,79 | 43 061,16 | - | 1 980 549,95 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 1 222 672,73 | 25 753,09 | - | 1 248 425,82 |
| Total | 52 069 286,56 | 1 300 549,51 | (490,00) | 53 369 346,07 |
| Depreciações acumuladas | | | | |
| Edifícios e outras construções | 7 247 950,75 | - | 528 723,79 | 7 776 674,54 |
| Equipamento básico | 8 836 717,12 | (490,00) | 616 440,46 | 9 452 667,58 |
| Equipamento de transporte | 70 010,49 | - | 8 336,25 | 78 346,74 |
| Equipamento administrativo | 1 429 801,73 | - | 157 304,33 | 1 587 106,06 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 801 332,75 | - | 91 831,74 | 893 164,49 |
| Total | 18 385 812,84 | (490,00) | 1 402 636,57 | 19 787 959,41 |
| | | | | Quantia escriturada 33 581 386,66 |

| Descrição | Saldo em 01-01-2022 | Aquisições / Aumentos | Abates / Diminuições | Saldo em 31-12-2022 |
|--------------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|--|
| Custo | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 2 893 412,57 | 1 497 058,79 | - | 4 390 471,36 |
| Edifícios e outras construções | 31 435 767,69 | 1 009 623,47 | - | 32 445 391,16 |
| Equipamento básico | 11 734 938,07 | 255 138,42 | - | 11 990 076,49 |
| Equipamento de transporte | 108 056,15 | - | (24 870,12) | 83 186,03 |
| Equipamento administrativo | 1 877 431,45 | 60 057,34 | - | 1 937 488,79 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 1 136 312,26 | 86 360,47 | - | 1 222 672,73 |
| Total | 49 185 918,19 | 2 908 238,49 | (24 870,12) | 52 069 286,56 |
| Depreciações acumuladas | | | | |
| Edifícios e outras construções | 6 766 584,14 | 481 366,61 | - | 7 247 950,75 |
| Equipamento básico | 8 038 669,53 | 798 047,59 | - | 8 836 717,12 |
| Equipamento de transporte | 76 871,12 | 8 336,26 | (15 196,89) | 70 010,49 |
| Equipamento biológico | - | - | - | - |
| Equipamento administrativo | 1 265 374,05 | 164 427,68 | - | 1 429 801,73 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 708 053,72 | 93 279,03 | - | 801 332,75 |
| Total | 16 855 552,56 | 1 545 457,17 | (15 196,89) | 18 385 812,84 |
| | | | | Quantia escriturada 33 683 473,72 |

5. Investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica "Investimentos financeiros" tinha a seguinte composição:

| Descrição | Saldo em 01-01-2023 | Aumentos | Diminuições | Justo Valor | Saldo em 31-12-2023 |
|--|---------------------|-----------------|-------------------|-------------------|---------------------|
| Fundo de Compensação | 87 469,34 | 8 928,06 | (7 863,43) | (1 439,25) | 87 024,70 |
| Fundo de Reestruturação do Setor Solidário | 410,73 | - | - | - | 410,73 |
| Total | 87 880,07 | 8 928,06 | (7 863,43) | (1 439,25) | 87 425,41 |

| Descrição | Saldo em 01-01-2022 | Aumentos | Diminuições | Justo Valor | Saldo em 31-12-2022 |
|--|---------------------|------------------|--------------------|-------------|---------------------|
| Fundo de Compensação | 79 331,57 | 29 750,72 | (12 632,95) | - | 87 449,34 |
| Fundo de Reestruturação do Setor Solidário | 410,73 | - | - | - | 410,73 |
| Total | 79 742,30 | 29 750,72 | (12 632,95) | - | 87 860,07 |

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar, para os fundos de compensação, entregas de 1%, para os fundos de compensação, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013. No entanto, a Lei n.º 13/2023, de 3 de abril suspendeu os fundos de compensação, desde abril de 2023. A entidade empregadora é responsável pelo pagamento aos seus trabalhadores da totalidade da compensação que estes tenham direito na sequência da cessação do respetivo contrato de trabalho. Neste contexto, é de esperar que, despedido o trabalhador, o empregador lhe pague a aquele valor. Este regime visa dar resposta às situações que não decorrem conforme previsto, ou seja, quando o empregador não paga, total ou parcialmente, ao trabalhador que despediu a compensação a que este tem direito. Ao obrigar a entidade empregadora a constituir uma poupança específica para o pagamento das compensações a que os seus trabalhadores tenham direito em caso de despedimento e ao criar um mecanismo que assegura a cobertura do remanescente até perfazer 50% daquele montante, garante-se que o trabalhador despedido receberá, sempre, pelo menos metade do valor a que tem direito. A garantia que este novo regime assegura não poderá ser acionada caso o empregador pague ao trabalhador um valor maior ou igual a 50% da compensação a que este tenha direito. As entregas a efetuar pelas entidades empregadoras ao FCT correspondem a 0,925% da retribuição base e diuturnidades por cada trabalhador abrangido. No entanto, na Lei n.º 13/2023, de 3 de abril, suspendeu os fundos de compensação desde abril de 2023.

O Decreto-Lei n.º 165-A/2013, de 23 de dezembro, cria e estabelece o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (FRSS). O FRSS destina-se a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam.

Amey
Volpato
Carino
PT
PT

6. Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

| Descrição | Inventário em 01-01-2023 | Compras | Reclassificações e regularizações | Inventário em 31-12-2023 |
|--|--------------------------|---------------------|-----------------------------------|--------------------------|
| Mercadorias | 19 081,73 | 14 186,00 | 8 809,68 | 24 743,30 |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 399 781,97 | 2 500 198,41 | (9 361,01) | 328 987,50 |
| Total | 418 863,70 | 2 514 384,41 | (551,33) | 353 730,80 |

| Descrição | Inventário em 01-01-2022 | Compras | Reclassificações e regularizações | Inventário em 31-12-2022 |
|--|--------------------------|---------------------|-----------------------------------|--------------------------|
| Mercadorias | 8 578,02 | 10 942,16 | 9 709,00 | 19 081,73 |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 414 355,86 | 2 435 243,81 | (10 291,57) | 399 781,97 |
| Total | 422 933,88 | 2 446 185,97 | (582,57) | 418 863,70 |

7. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

| Descrição | 31-12-2023 | 31-12-2022 |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Cientes e Utentes c/c | 5 016 425,11 | 5 370 176,19 |
| Cientes | 5 016 425,11 | 5 355 690,43 |
| Cientes e Utentes cobrança duvidosa | (14 485,76) | (14 485,76) |
| Cientes | (14 485,76) | (14 485,76) |
| Utentes | - | - |
| Total | 5 001 939,35 | 5 355 690,43 |

8. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

| Descrição | 31-12-2023 | 31-12-2022 |
|--|-------------------|-------------------|
| Ativo | | |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) | 16 881,15 | 701 611,90 |
| Outros Impostos e Taxas | - | - |
| Total | 16 881,15 | 701 611,90 |
| Passivo | | |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) | 4 690,67 | 3 933,74 |
| Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS) | 135 807,68 | 155 230,90 |
| Segurança Social | 340 070,21 | 345 275,51 |
| Outros Impostos e Taxas | - | 2 887,61 |
| Total | 480 568,56 | 507 327,76 |

9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

| Descrição | 31-12-2023 | 31-12-2022 |
|---------------------------------|-------------------|-----------------|
| Gastos a reconhecer | | |
| Seguros | 9 413,63 | 8 986,61 |
| Outros | 72,48 | 153,26 |
| Total | 9 486,11 | 9 139,87 |
| Rendimentos a reconhecer | | |
| IEFP-Estagios profissionais | 2 988,26 | 4 813,62 |
| Projeto INNO4LIVE | 98 021,24 | - |
| Projeto TESTBEDS | 22 028,12 | - |
| Total | 123 037,62 | 4 813,62 |

10. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a seguinte decomposição:

| Descrição | 31-12-2023 | 31-12-2022 |
|---|---------------------|---------------------|
| Adiantamentos ao pessoal | 4 286,73 | 3 500,00 |
| Devedores por acréscimos de rendimentos | 3 331 467,65 | 2 799 780,87 |
| Rappel | 43 863,16 | 36 385,62 |
| Faturas CTH | 1 623 929,56 | 1 378 543,96 |
| Faturas UCC/SIGIC | 1 078 132,15 | 1 057 802,38 |
| Portugal 2020 | 140 910,60 | 269 661,05 |
| Outros | 444 632,18 | 57 387,86 |
| Outros devedores | 275 409,42 | 214 619,77 |
| Perdas por Imparidade | - | - |
| Total | 3 611 163,80 | 3 017 900,64 |

11. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2023 e de 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

| Descrição | 31-12-2023 | 31-12-2022 |
|-------------------|---------------------|-------------------|
| Caixa | 8 328,51 | 9 983,74 |
| Depósitos à ordem | 1 028 186,76 | 711 373,87 |
| Total | 1 036 515,27 | 721 357,61 |

12. Fundos patrimoniais

Nos "Fundos patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

| Descrição | Saldo em 01-01-2022 | Aumentos / Diminuições | Saldo em 01-01-2023 | Aumentos / Diminuições | Saldo em 31-12-2023 |
|--|----------------------|------------------------|----------------------|------------------------|----------------------|
| Fundos | 4 073 354,35 | - | 4 073 354,35 | - | 4 073 354,35 |
| Reservas | 36 132,88 | - | 36 132,88 | - | 36 132,88 |
| Resultados transitados | 15 755 362,11 | 526 361,65 | 16 281 723,76 | 50 513,49 | 16 332 237,25 |
| Ajustamentos/outras variações nos fundos | 1 127 682,04 | (41 030,33) | 1 086 651,71 | (30 389,13) | 1 056 262,58 |
| Resultado líquido do período | 526 361,65 | (475 848,16) | 50 513,49 | 63 733,74 | 114 247,23 |
| Total | 21 518 893,03 | 9 483,14 | 21 528 376,17 | 83 858,10 | 21 612 234,27 |

13. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, apresentavam-se como segue:

| Descrição | Saldo em 01-01-2022 | Aumentos / Diminuições | Saldo em 01-01-2023 | Aumentos / Diminuições | Saldo em 31-12-2023 |
|---------------------------|---------------------|------------------------|---------------------|------------------------|---------------------|
| Subsídios ao investimento | 1 127 682,04 | (41 030,33) | 1 086 651,71 | (30 389,13) | 1 056 262,58 |
| Total | 1 127 682,04 | (41 030,33) | 1 086 651,71 | (30 389,13) | 1 056 262,58 |

14. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi o seguinte:

| Descrição | 31-12-2022 | Aumentos | 31-12-2023 |
|------------------------------|------------|-------------------|-------------------|
| Processos judiciais em curso | - | 334 000,00 | 334 000,00 |
| Total | - | 334 000,00 | 334 000,00 |

De acordo com o pressuposto da prudência a Entidade reconheceu uma provisão relativa ao processo N.º 315/20.1T8VNF uma vez que em 2023 houve sentença proferida condenando a Irmandade a pagar aos autores a quantia, aproximada, de 334.000 euros. A SCM Riba D'Ave efetuou um depósito autónomo no Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. (IGFEJ) nesse valor.

15. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a entidade apresentava os seguintes valores relativos a "Financiamentos obtidos":

| Descrição | 31-12-2023 | | | 31-12-2022 | | |
|-----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| | Não Corrente | Corrente | Total | Não Corrente | Corrente | Total |
| Empréstimos Bancários | 10 873 944,77 | 3 538 961,00 | 14 412 905,77 | 11 678 847,00 | 3 080 639,00 | 14 759 486,00 |
| Locações Financeiras | 965 792,04 | 149 596,00 | 1 115 388,04 | 839 052,00 | 640 296,75 | 1 479 348,75 |
| Total | 11 839 736,81 | 3 688 557,00 | 15 528 293,81 | 12 517 899,00 | 3 720 935,75 | 16 238 834,75 |

Os prazos de reembolso dos empréstimos bancários são os seguintes:

| Descrição | 31-12-2023 | 31-12-2022 |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| | Capital | Capital |
| Até um ano | 3 538 961,00 | 3 080 639,00 |
| De dois a cinco anos | 7 658 034,00 | 7 456 301,00 |
| Mais de cinco anos | 3 215 910,77 | 4 222 546,00 |
| Total | 14 412 905,77 | 14 759 486,00 |

Os planos de reembolso das locações, discriminam-se da seguinte forma:

| Descrição | 31-12-2023 | 31-12-2022 |
|----------------------|---------------------|---------------------|
| | Capital | Capital |
| Até um ano | 149 596,00 | 640 296,75 |
| De dois a cinco anos | 965 792,04 | 839 052,00 |
| Total | 1 115 388,04 | 1 479 348,75 |

16. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

| Descrição | 31-12-2023 | 31-12-2022 |
|------------------|---------------------|---------------------|
| Fornecedores c/c | 2 293 937,28 | 2 501 758,04 |
| Total | 2 293 937,28 | 2 501 758,04 |

17. Outros passivos correntes

A rubrica de "Outros passivos correntes" é discriminada da seguinte forma:

| Descrição | 31-12-2023 | 31-12-2022 |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|
| | Corrente | Corrente |
| Outras dívidas a pagar | | |
| Fornecedores de Investimentos | 458 792,43 | 482 984,13 |
| Credores por acréscimos de gastos | 2 398 885,85 | 2 272 758,53 |
| Estimativa de férias | 1 368 441,38 | 1 358 494,84 |
| Centro Infantil - Segurança Social | 352 688,32 | 405 719,44 |
| Sociedades Médicas | 589 240,41 | 413 342,40 |
| Outros acréscimos de gastos | 88 515,74 | 95 201,85 |
| Honorários | 395 548,88 | 400 407,07 |
| Outros credores | 75 177,57 | 58 637,85 |
| Total | 3 328 404,73 | 3 214 787,58 |

18. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2023 e de 2022 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Vendas" e "Serviços Prestados":

Vendas

| Descrição | 2023 | 2022 |
|----------------------|------------------|------------------|
| Mercadorias | 11 743,80 | 12 457,35 |
| Materiais de consumo | 8 385,18 | 6 726,18 |
| Total | 20 128,98 | 19 183,53 |

Serviços prestados:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|--|----------------------|----------------------|
| Quotas dos utilizadores | 239 508,90 | 244 215,26 |
| Quotas e Jóias | 2 100,00 | 3 000,00 |
| U.I.C.C. | 2 276 819,24 | 2 208 679,34 |
| Internamento, Consultas, Urgências | 16 326 355,74 | 15 461 386,17 |
| Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêut | 1 720 258,52 | 1 562 587,10 |
| C.R.S.S. Braga | 1 348 174,37 | 1 098 741,66 |
| Assistência Social | 443 526,44 | 380 755,75 |
| Consultas Sociais | 240 936,57 | 212 545,21 |
| Total | 22 597 679,78 | 21 171 910,49 |

Conforme referido na Nota 3 (ponto 3.1.6. Informação comparativa), devido à FAQ 39 da CNC a partir de 2023 a Entidade passou a reconhecer as verbas provenientes dos Acordos de Cooperação atribuídas como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), como uma prestação de serviços, pelo que foi necessário proceder à reexpressão do comparativo (2022) nesta rubrica e na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração" (Nota 19).

my
Pau
72
fy
07

19. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

| Descrição | 2023 | 2022 |
|---|------------------|-------------------|
| Subsídios do Estado e outros entes públicos | 25 100,88 | 278 071,78 |
| Subsídios de outras entidades | 35 514,33 | 70 172,67 |
| Total | 60 615,21 | 348 244,45 |

20. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Subcontratos | 3 451 212,08 | 3 550 155,43 |
| Serviços especializados | 3 560 995,64 | 3 302 469,08 |
| Materiais | 111 531,28 | 111 774,07 |
| Energia e fluidos | 614 514,34 | 1 037 559,45 |
| Deslocações, estadas e transportes | 29 618,54 | 23 858,43 |
| Serviços diversos (*) | 105 831,17 | 94 667,12 |
| Limpeza, higiene e conforto | 223 390,28 | 205 845,77 |
| Comunicação | 60 972,82 | 67 353,74 |
| Rendas e alugueres | 33 311,35 | 35 845,03 |
| Total | 8 191 377,50 | 8 429 528,12 |

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

21. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2023 e de 2022 foram "11", em ambos os anos.

Os órgãos sociais usufruem as seguintes remunerações:

- Provedor: quatro vezes o valor do IAS.
- Os outros órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2023 foi de 471 e em 2022 foi de 483.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|--|---------------------|---------------------|
| Remunerações aos órgãos sociais | 26 904,08 | 25 939,70 |
| Remunerações ao pessoal | 8 106 303,42 | 8 269 800,10 |
| Encargos sobre as remunerações | 1 622 525,81 | 1 589 791,93 |
| Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais | 115 780,58 | 58 357,85 |
| Outros gastos com o pessoal | 3 684,86 | 3 360,45 |
| Total | 9 875 198,75 | 9 947 250,03 |

22. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|---|-------------------|---------------------|
| Rendimentos suplementares | 139 418,78 | 132 341,51 |
| Descontos de pronto pagamento obtidos | 9 519,96 | 8 349,85 |
| Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros | 122,20 | 8 326,77 |
| Outros rendimentos | 253 763,68 | 863 046,99 |
| Correções relativas a períodos anteriores | 205 132,97 | 90 594,96 |
| Imputação subsídios ao investimento | 38 389,13 | 41 030,33 |
| Donativos | 6 939,74 | 15 582,96 |
| Total | 402 824,62 | 1 012 065,12 |

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

23. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|---|-------------------|------------------|
| Impostos | 9 490,95 | 9 951,58 |
| Descontos de pronto pagamento concedidos | 1 521,45 | 1 994,51 |
| Outros gastos(*) | 372 799,28 | 74 558,47 |
| Correções relativas a períodos anteriores | 361 588,65 | 60 490,95 |
| Outros | 4 796,63 | 10 707,52 |
| Quotizações | 6 414,00 | 3 360,00 |
| Total | 383 811,68 | 86 444,56 |

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

24. Resultados financeiros

Nos períodos de 2023 e de 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|--|---------------------|--------------------|
| Juros e gastos similares suportados | | |
| Juros suportados | 197 656,70 | 41 143,35 |
| Outros gastos e perdas de financiamento | 1 803,90 | 1 865,74 |
| Total | 199 460,60 | 43 009,09 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | |
| Juros obtidos | - | 472,45 |
| Total | - | 472,45 |
| Resultados financeiros | (199 460,60) | (42 536,64) |

25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do art.º 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Mesa Administrativa informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2023 e 2022, foi de 5.904,00 euros (IVA incluído) em cada um dos períodos.

26. Passivos contingentes

1. Processo n.º 850/12.5BEBRG: Existe ainda uma liquidação oficiosa de IRC no valor de 158.546,99 euros relativa ao período de 2007, em virtude da Administração Tributária e Aduaneira (AT) considerar que a isenção prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 10.º do CIRC não é aplicável à SCMRA. A referida liquidação oficiosa será impugnada no Tribunal Fiscal por, pelo departamento jurídico da Entidade, ser entendido que essa liquidação é ilegal, uma vez que, desde sempre foi reconhecida à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Riba de Ave isenção de IRC na sua valência da saúde. Além disso, existe uma grande convicção que a Entidade terá grandes hipóteses de conseguir anular tal liquidação, quer em face das disposições legais aplicáveis, quer em face das decisões dos Tribunais Fiscais em casos idênticos, embora no âmbito do ensino. Face ao exposto, não foi reconhecida qualquer provisão para impostos nas demonstrações financeiras da Entidade.

2. Processos n.º 1988/16.5T9VNF, n.º 7403/18.2T8GMR, n.º 602/20.9BEBRG, n.º 1362/20.9BEBRG, n.º 954/22.6BEBRG: processos em que a SCMRA deverá ser absolvida (> 50%) e a eventual condenação não terá grandes repercussões financeiras, pois o risco está coberto pelo seguro de responsabilidade civil (seguradora foi chamada ao processo).

3. Processo n.º 3928/20.8T8BRG: o autor reclama um pedido de indemnização por invocar que surgiu uma infeção no pós-operatório que poderá ter sido a causa do impedimento de continuar a exercer a sua profissão. A probabilidade da SCM Riba D'Ave ser absolvida é elevada, devido a que foram cumpridos todos os procedimentos e meios necessários e adequados à prevenção e combate de infeções nas suas instalações. Ou seja, o surgimento de uma infeção ocorreu no pós-operatório e já depois do utente ter alta hospitalar e como tal não decorreu de nenhum facto ilícito culposos, tendo, portanto, o hospital atuado com o grau de diligência exigível segundo os adequados padrões impostos. A posição da SCM Riba D'Ave tem cobertura jurisprudencial, nomeadamente no Acórdão do Processo n.º 558/11.9TBCBR.C1 de 28 de novembro de 2018. Devido à referida jurisprudência e à probabilidade de insucesso ser inferior a 50%, não foi constituída provisão e divulgamos este processo como passivo contingente.

4. Em 2023 a Entidade foi notificada dos relatórios de inspeção em sede de IVA aos períodos de 2019 (1.010.629,22 euros), 2020 (756.647,19 euros), 2021 (572.653,84 euros) e até julho 2022 (27.725,58 euros). Os relatórios em causa são relativos à taxa de aplicação do IVA de

mmj
FC
Dado
Fl.
*
97

obras em áreas de reabilitação urbana (ARU), em que a Autoridade Tributária (AT), mesmo após já ter analisado e deferido diversos pedidos de restituição do IVA dessas obras à taxa reduzida (6%), entende que a taxa deveria ser a normal (23%) por a autarquia não ter aprovado e publicado as operações de reabilitação urbana (ORU). No entanto, é nosso entendimento, e dos nossos especialistas jurídicos e dos consultores fiscais em sede de IVA, de que o Tribunal Administrativo e Fiscal dará razão à ISCMRA uma vez que, e tal como foi supra referido, a Autoridade Tributária analisou, como de uma inspeção se tratasse, e deferiu diversos pedidos de reembolso de 50% do IVA suportado das obras nas áreas de reabilitação urbana referindo sempre, em cada um dos relatórios dos pedidos, *"Dado tratar-se de faturas de autoliquidação de IVA, procedemos à análise da conta corrente de IVA, da respetiva liquidação e do preenchimento da declaração do IVA. **Não foram detetadas irregularidades**"* (negrito e sublinhado nossos). A Autoridade Tributária (AT) apesar de classificar estas inspeções como "internas", os procedimentos de inspeção realizados destinados a aferir da legitimidade dos pedidos de restituição de IVA têm natureza de procedimentos externos de inspeção tributária, uma vez que e todos eles foi solicitada a remessa de contas correntes e cópias das faturas referentes às obras. O Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD) no Processo nº 580/2019-T, de 20 de setembro de 2020, refere que:

"1. O procedimento interno de inspeção, cujos actos de inspeção são efectuados exclusivamente nos serviços da administração tributária, tem na sua base uma análise formal e de coerência dos documentos. Ou seja, trata-se de um procedimento de análise de conformidade entre documentos/ elementos que estão na disponibilidade da Administração. Daí que os respectivos actos, neste caso, possam ser exclusivamente praticados nos serviços da AT.

2. Havendo toda uma actividade da iniciativa da AT destinada à obtenção de elementos que não estavam na sua disponibilidade, realizada com um claro fito investigatório, tal implica que o procedimento de inspeção tributário se deva classificar de externo." (negrito e sublinhados nossos).

Assim, é entendimento dos nossos especialistas jurídicos e dos consultores fiscais em sede de IVA que os procedimentos de inspeção tributária realizados aos períodos de 2019, 2020, 2021 e até julho 2022, foram ilegalmente realizados e que devem ser anulados todos os atos dele resultantes.

Além disso, sobre esta matéria da necessidade ou não de ORU, há, pelo menos, uma decisão do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD) favorável ao sujeito passivo visto que o Código

do IVA – verba 2.23 da Lista I – indica “*empreitadas de reabilitação urbana, tal como definida em diploma específico*”, tal definição está prevista no art.º 2.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, ao invés de referir ou remeter para o art.º 7.º do mencionado diploma uma vez que este é alude às ORU.

5. Processo n.º 6341/23.1T8VNF: Impugnação da coima aplicada pela Autoridade pelas Condições do Trabalho, pela alegada prática da contraordenação traduzida do tratamento desfavorável e discriminatório de treze trabalhadores Devido à probabilidade de sucesso, superior a 50%, não foi constituída provisão e divulgamos este processo como passivo contingente.

27. Ativos contingentes

Processo nº 1778/19.3T8VNF: alegada responsabilidade da seguradora pelo pagamento dos danos resultantes no imóvel do Hospital Narciso Ferreira, por ocorrência de sinistro. A opinião do nosso advogado é que a probabilidade de ganhar a ação é superior a 50% e assim a entidade deverá ser ressarcida dos danos sofridos sendo o valor da ação de 131.553,36 euros.

28. Impacto dos conflitos armados nas demonstrações financeiras

O cenário geopolítico mundial encontra-se permeado de incertezas, sendo a Guerra na Ucrânia e o recente conflito Israelo-Palestiniano os principais catalisadores. A situação na Ucrânia perdura há mais de um ano e meio, exercendo impacto significativo na inflação mundial, com especial ênfase na área do euro. Até o momento, não se vislumbram perspectivas de resolução deste prolongado conflito. Mais recentemente, o mundo testemunhou um ataque terrorista em Israel, agravando as já delicadas relações entre Israel e a Palestina e resultando num conflito militar entre essas nações. Devido à complexa história da região, diversas potências mundiais estão a tomar posições opostas, gerando um cenário de considerável incerteza não apenas na economia daquela região, mas também nas relações diplomáticas entre vários países, incluindo os Estados-membro da União Europeia.

Não obstante o cenário de elevada incerteza, dada a performance financeira e operacional da entidade em 2023, é possível assegurar, à presente data, e com razoável grau de confiança, que os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da entidade, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023.

29. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se verificaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 12 de março de 2024.

Riba D´Ave, 8 de março de 2024

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

Manuel de Riba Sousa

A Mesa Administrativa

João António
João António
João António
João António
João António

**IRMANDADE DA SANTA CASA DA
MISERICÓRDIA DE RIBA D'AVE**



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 43.700.476,29 euros e um total de fundos patrimoniais de 21.612.234,29 euros, incluindo um resultado líquido do período de 114.247,23 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas -, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ÊNFASES

Em conformidade com o disposto na nota 3.1 "Bases de apresentação" do Anexo, no período de 2023 foi alterada a forma de apresentação na demonstração dos resultados por naturezas das verbas provenientes dos acordos de cooperação entre o Estado e as entidades do setor não lucrativo para fazer face a respostas sociais, as quais, na sequência de entendimento emanado em 24 de novembro de 2023 pela Comissão de Normalização Contabilística, passaram a estar incluídas na rubrica "Vendas e serviços prestados" em detrimento de na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração". Consequentemente, os números correspondentes da demonstração dos resultados por naturezas referente ao período de 2022 foram reexpressos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material



quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subsequentes subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do “Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras”, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, xx de março de 2024.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771



**IRMANDADE DA SANTA CASA DA
MISERICÓRDIA DE RIBA D'AVE**



PARECER DO DEFINITÓRIO



O Definitório da Santa Casa da Misericórdia de Ribadouro, tendo concluído a análise ao Relatório de Atividades e Contas da Mesa Administrativa para o ano de 2023, vem, no uso das competências legais e estatutárias que lhe estão atribuídas, emitir o seu Parecer, precedido das ponderações que passa a expor.

O ano de 2023 foi marcado por uma conjuntura de instabilidade política, social e económico-financeira, internacional e ao nível do país, que nada favoreceu o estabelecimento de políticas empresariais sustentáveis e com previsibilidade, mesmo a médio prazo.

O surto inflacionário que, por isso, enfrentámos muito prejudicou e continua a refletir-se na saúde económico-financeira desta Misericórdia, sendo de recomendar que se mantenham controlados os gastos, designadamente com os recursos humanos.

No entanto, nota-se que tem sido dada especial atenção a esta problemática com vista à melhoria dos rácios mais importantes.

Regista-se a capacidade de resiliência da Mesa Administrativa e da Comissão Executiva nestes tempos tão difíceis e incertos como os que são os que vimos atravessando.

Pelo exposto, e também com base nas informações prestadas ao Definitório pela Mesa Administrativa, ao longo do ano, com o conforto da informação constante da Certificação Legal de Contas feita por Mário da Cunha Guimarães, ROC n.º 1159, em representação de Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC n.º 148, o Definitório deliberou emitir o seguinte

PARECER

1. Que seja aprovado o Relatório de Atividades e Contas da Mesa Administrativa relativo ao exercício de 2023;
2. Que seja aprovado um voto de louvor à Mesa Administrativa, à Comissão Executiva, bem como a todos os trabalhadores e demais colaboradores desta Instituição, pela forma atenta, dedicada e profissional como exerceram as suas funções ao longo do exercício.

Ribadouro, 28 de março de 2024

O Definitório,